

第 14 期

第二組

澳門特別行政區公報
由第一組及第二組組成

二零一七年四月五日，星期三



Número 14

II

SÉRIE

do *Boletim Oficial* da Região Administrativa
Especial de Macau, constituído pelas séries I e II

Quarta-feira, 5 de Abril de 2017

澳門特別行政區公報 BOLETIM OFICIAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第二副刊 2.º SUPLEMENTO

目 錄

澳門特別行政區

政府機關通告及公告

廉政公署佈告：

2016年澳門廉政公署工作報告。..... 4954

SUMÁRIO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

Avisos e anúncios oficiais

Comissariado contra a Corrupção:

Relatorio de Actividades do Comissariado contra a Cor-
rupcao de Macau, relativo ao ano de 2016. 4954

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

廉 政 公 署

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

2016

2016

澳門廉政公署工作報告

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO
DE MACAU

目 錄

ÍNDICE

前言.....	4955	PREÂMBULO	4955
第一部分 案件處理總體情況	4957	SECÇÃO I – SITUAÇÃO GERAL DO TRATA- MENTO DE PROCESSOS	4957
第二部分 反貪工作	4959	SECÇÃO II – COMBATE À CORRUPÇÃO	4959
一、概述	4959	I. Introdução	4959
二、刑事舉報及立案簡介	4961	II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos	4961
三、部分偵結案件摘要	4961	III. Sumário de alguns casos concluídos.....	4961
四、跨境案件協查	4965	IV. Cooperação transfronteiriça.....	4965
五、法院判決	4966	V. Sentenças judiciais.....	4966
六、財產及利益申報工作.....	4971	VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patri- moniais e Interesses	4971
第三部分 行政申訴	4972	SECÇÃO III – PROVEDORIA DE JUSTIÇA	4972
一、概述.....	4972	I. Introdução	4972
二、專案調查	4974	II. Inquéritos.....	4974
三、案件摘要	4977	III. Sumário de casos	4977
四、統計.....	4985	IV. Estatística.....	4985
第四部分 宣傳教育	4988	SECÇÃO IV – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	4988
一、倡廉教育工作	4988	I. Sensibilização para a integridade.....	4988
二、社區推廣工作.....	5003	II. Acções de promoção comunitária.....	5003
三、廉潔義工隊	5004	III. Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa ..	5004
第五部分 對外交流與培訓	5004	SECÇÃO V – INTERCÂMBIO COM O EXTE- RIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO	5004
一、接待來訪.....	5004	I. Recepção de visitas	5004
二、外訪及參與區域、國際會議.....	5005	II. Visitas e reuniões regionais e internacionais.....	5005
三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議	5006	III. Reunião de trabalho de avaliação da conformi- dade da implementação da Convenção das Na- ções Unidas contra a Corrupção	5006
四、人員培訓.....	5007	IV. Formação dos trabalhadores.....	5007

第六部分 附件	5008	SECÇÃO VI – ANEXOS	5008
附件一 廉政公署處理陳訴(陳述、投訴及舉報) 流程圖.	5008	Anexo I – Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias.....	5009
附件二 廉政公署組織架構圖.....	5010	Anexo II – Organograma do Comissariado contra a Corrupção	5011

前言

在2016年，廉政公署依法履行職責，堅決打擊公共及私營部門的貪污犯罪，認真執行行政申訴工作。

反貪工作方面，公署依法對檢察院前領導涉嫌貪腐的案件進行查處，並將涉案嫌犯移送司法機關，做到“蒼蠅老虎一起打”，體現了“法律面前人人平等”的辦案原則。公署去年偵破的刑事案件中，嫌疑人利用法律制度或者監管機制上的漏洞，在公共工程、採購、服務外判等項目中內外勾結、合謀貪污的情況仍然比較嚴重，需要引起特區政府及各個公共部門的高度重視。

行政申訴工作方面，公署依法對益隆炮竹廠換地事件展開調查，經過深入的分析論證，得出益隆炮竹廠換地協議無效、特區政府無需承擔任何“地債”的結論。另外，公署在處理申訴個案時發現，公共部門在購買服務時將具有連續性的服務購置合同“斬件”，以規避公開競投或簽訂公證合同的法律規定，或者不依法進行詢價程序，藉似是而非的理由將服務直接判給的問題比較突出。

公署認為，雖然大部分公共部門在進行採購時將服務直接判給的目的主要是為了節省時間，但是提高行政效率不能以違反“合法性原則”為代價。削弱採購程序的公開性及透明度，不僅使行政當局難以用合理的價格選擇優質的服務，而且會增加發生貪污濫權的風險。現行的公共服務採購制度已經嚴重滯後，行政當局需因應社會發展的現實狀況，盡快對第122/84/M號法令及其配套法規作出調整，在簡化公共採購程序的同時，強化相應的監督及核查機制。

公署在處理申訴個案時還發現，部分公共部門在以開考方式招聘人員時，典試委員會對法律規定認識不清，對投考條件把關不嚴，導致開考過程出現瑕疵，影響招聘程序的公正性。目前

PREÂMBULO

Em 2016, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) desempenhou as suas atribuições nos termos da lei, combatendo com determinação os crimes de corrupção nos sectores público e privado e desenvolvendo de forma empenhada as acções de provedoria de justiça.

Em relação ao combate à corrupção, o CCAC procedeu, nos termos legais, à investigação de um caso suspeito de corrupção que envolveu um ex-titular da direcção do Ministério Público, e encaminhou os suspeitos envolvidos para os órgãos judiciais, o que traduz o cumprimento dos princípios do «combate à corrupção independentemente de quem seja o envolvido» e de que «todos são iguais perante a lei». Nos casos de índole criminal detectados no ano passado pelo CCAC, destacaram-se os crimes de corrupção na área da adjudicação de obras, bens e serviços da Administração Pública envolvendo situações de conluio entre os suspeitos e pessoas alheias aos serviços que tiraram proveito de lacunas em regimes jurídicos ou em mecanismos de fiscalização. Esta situação deve merecer grande atenção do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e dos seus serviços públicos.

Na área da provedoria de justiça, a investigação do CCAC sobre o caso da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long foi realizada nos termos da lei e, na sequência de análises e estudos profundos, chegou-se à conclusão de que o acordo da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long é nulo e de que não há qualquer «dívida de terrenos» por parte do Governo da RAEM. Além disso, no tratamento de alguns casos de natureza administrativa, as questões de maior destaque que o CCAC descobriu são, nomeadamente, que as entidades públicas envolvidas adjudicaram de forma parcial os serviços de natureza continuada, com vista a contornar as normas jurídicas relativamente à realização dos concursos públicos e à celebração dos contratos através de escritura pública, ou que concederam directamente a prestação de serviços sem realizar o processo de consulta determinado por lei, justificando-o com base em motivos artificiais.

Segundo o CCAC, no processo de aquisição de serviços, o recurso ao ajuste directo por parte dos serviços públicos tem, na maior parte dos casos, como motivo principal a poupança de tempo. No entanto, com vista à elevação da eficiência administrativa, não se deve colocar em risco a violação do Princípio da legalidade. Enfraquecer a publicidade e transparência dos procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços leva a que não só a Administração não possa escolher serviços de qualidade com preço justo, como também aumenta o risco de corrupção e de abuso de poderes. Considerando que o actual regime de aquisição de bens e serviços está muito desactualizado, deve a Administração, tendo em conta a realidade do desenvolvimento social, proceder, com a maior brevidade

公共部門正透過統一管理開考的方式招聘人員，公署希望負責專業或職務能力考試的各用人部門能夠嚴格依法辦事，公開、公平、公正地做好招聘工作。

公署2016年隨中國代表團出席了在奧地利維也納舉行的《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議，聯合國機構的專家組對澳門特別行政區的履約情況給予正面評價的同時，指出澳門需要採取一系列的措施，以便進一步加強和鞏固反腐敗機制運作的有效性，比如考慮採用能夠克服銀行保密義務的數據收集系統、訂立保護受害人和證人的專門法律制度等。公署會對有關建議進行分析，並以此作為完善特區反貪法律制度的參考。

公署在2016年積極參與了特區政府有關《立法會選舉法》的修訂工作，在總結過往打擊賄選的執法經驗的基礎上，提出了若干修法建議。修改《立法會選舉法》的法案於2016年12月16日獲立法會細則性審議和通過，為公署在履行預防、遏止、打擊賄選及其他選舉不法行為的職責方面提供了更為有效的法律依據和手段。

按照《廉政公署組織法》的規定，廉政公署負責預防和遏止在立法會選舉過程中出現的貪污和與貪污相關聯的欺詐犯罪。面對2017年立法會選舉，公署必將充分利用法律賦予的權限，以一視同仁、有案必查、絕不姑息的執法態度，堅決打擊賄選及其他不法行為，維護立法會選舉的公平、公正和廉潔。

二零一七年三月三十日

廉政專員
張永春

possível, a ajustamentos no Decreto-Lei n.º 122/84/M e nos respectivos regulamentos complementares, reforçando os mecanismos de fiscalização e controle, a par da simplificação do processo de aquisição de bens e serviços públicos.

No tratamento de alguns casos de natureza administrativa, o CCAC verificou ainda que, durante o recrutamento de trabalhadores por alguns serviços públicos através de concurso público, o júri não revelou total compreensão das disposições legais, e não apreciou rigorosamente as condições de candidatura dos candidatos, o que fez com que surgissem vícios processuais nos concursos públicos, e pôs em causa a imparcialidade dos procedimentos de recrutamento. Actualmente, os serviços públicos recrutam os trabalhadores através do concurso de gestão uniformizada, o CCAC espera que todos os serviços recrutadores responsáveis pela realização da avaliação de competências profissionais ou funcionais possam executar rigorosamente o seu trabalho de acordo com a lei, e realizar as acções de recrutamento de forma aberta, imparcial e justa.

Em 2016, representantes do CCAC deslocaram-se, juntamente com a delegação da China, a Viena, Áustria para participar nas reuniões de trabalho relativas à avaliação da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. O grupo de peritos das Nações Unidas atribuiu uma nota positiva a Macau relativamente à situação da implementação da referida convenção, a par disso, também indicou que a RAEM deve adoptar uma série de medidas, no sentido de fortalecer e consolidar a eficácia do funcionamento dos mecanismos anti-corrupção. Como exemplo, a RAEM deve considerar adoptar um sistema de recolha de dados que permita o levantamento do sigilo bancário em determinados casos, e adoptar um regime jurídico específico para protecção das vítimas e testemunhas. O CCAC irá proceder à análise das sugestões em causa, e tomará as mesmas como referência no sentido da procura do melhoramento dos regimes jurídicos de combate à corrupção da RAEM.

Durante o ano de 2016, o CCAC participou activamente nos trabalhos de revisão da «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau», desenvolvida pelo Governo da RAEM, formulando sugestões com base no balanço das experiências obtidas na execução da lei de combate à corrupção eleitoral. A proposta de alteração da referida lei foi apreciada e aprovada na especialidade na Assembleia Legislativa em 16 de Dezembro de 2016, disponibilizando assim ao CCAC fundamentação e meios legais mais eficazes para o exercício das suas competências de prevenção, repressão e combate à corrupção eleitoral e demais ilícitos relativos às eleições legislativas.

Nos termos da «Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção», compete ao CCAC prevenir e reprimir os crimes de corrupção e crimes conexos de fraude ocorridos no decorrer das eleições para a Assembleia Legislativa. Perante as eleições de 2017, o CCAC irá desenvolver plenamente as competências que lhe estão legalmente conferidas, executando a lei com uma atitude imparcial e de não tolerância perante comportamentos que violem a lei, investigando todos os casos recebidos e combatendo com determinação a corrupção eleitoral e demais ilícitos, no sentido de defender a equidade, a justiça e a integridade das eleições legislativas.

Aos 30 de Março de 2017.

O Comissário contra a Corrupção
Cheong Weng Chon

第一部分
案件處理總體情況

2016年，廉政公署（下稱“公署”）共接獲910宗投訴及舉報個案。其中，開立刑事案件252宗，行政申訴案件658宗。

2012-2016年收案數字

年份	2012	2013	2014	2015	2016
數字	852	896	865	793	910

在公署接獲的個案中，由公署主動跟進的有29宗，協查個案有19宗，由其他公共機關轉介的有23宗，其餘案件均來自市民的投訴或舉報，其中具名或願意提供個人資料的有428宗，匿名或請求匿名的則有411宗。

SECÇÃO I
SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO
DE PROCESSOS

Em 2016, o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) recebeu um total de 910 queixas e denúncias, das quais foram instruídos 252 casos de natureza criminal, sendo 658 relativas a casos de natureza administrativa.

Número de participações recebidas entre 2012 e 2016

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Total	852	896	865	793	910

De entre os casos recebidos, 29 foram investigados por iniciativa do CCAC, 19 foram investigados por solicitação de autoridades do exterior, 23 foram remetidos por outras entidades públicas e os restantes tiveram origem na apresentação de queixas ou denúncias por parte de cidadãos. Destes, 428 casos foram apresentados com identificação do queixoso ou com a disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais, enquanto 411 foram queixas ou denúncias anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso.

2014-2016年按收案來源的統計數字

收案途徑		2014		2015		2016	
		數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
市民的投訴或舉報	具名或願意提供個人資料	453	52.4%	407	51.3%	428	47.0%
	匿名或請求匿名	379	43.8%	357	45%	411	45.2%
公署主動跟進		19	2.2%	10	1.3%	29	3.2%
協查案件		6	0.7%	4	0.5%	19	2.1%
公共機關轉介		8	0.9%	15	1.9%	23	2.5%
收案總數		865	100%	793	100%	910	100%

Estadística das participações recebidas entre 2014 e 2016
segundo a origem

Origem		2014		2015		2016	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Queixas ou denúncias dos cidadãos	Com identificação ou disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais	453	52,4%	407	51,3%	428	47,0%
	Anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso	379	43,8%	357	45%	411	45,2%

Origem	2014		2015		2016	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Intervenção por iniciativa do CCAC	19	2,2%	10	1,3%	29	3,2%
Casos remetidos por autoridades exteriores	6	0,7%	4	0,5%	19	2,1%
Casos remetidos por entidades públicas	8	0,9%	15	1,9%	23	2,5%
Total	865	100%	793	100%	910	100%

公署接收投訴及舉報的方式以信函、親身及網上投訴為主，信函有260宗，親身及網上投訴各176宗，信函佔全年收案總數的28.6%，親身及網上投訴則各佔19.3%；市民選擇電話投訴或舉報的有142宗，佔全年收案總數的15.6%，而透過電子郵件投訴或舉報的有127宗，佔全年收案總數的14%。

Os meios mais utilizados na apresentação de queixas e denúncias ao CCAC foram a via postal, a apresentação pessoal e a apresentação *online*. 260 casos foram apresentados por via postal, o que representa uma percentagem de 28,6% do total das participações recebidas, enquanto 176 casos foram apresentados, respectivamente, por cidadãos pessoalmente nas instalações do CCAC e via *online*, representando estas duas vias, cada uma, uma percentagem respectiva de 19,3% do total das participações recebidas. Para além disso, 142 casos foram apresentados por cidadãos através da via telefónica, enquanto 127 casos foram apresentados por correio electrónico, representando respectivamente percentagens de 15,6% e de 14% do total das participações recebidas.

2014-2016年按收案方式的統計數字

收案方式	2014		2015		2016	
	數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
函件/書信	262	30.3%	263	33.2%	260	28.6%
電話	227	26.2%	153	19.3%	142	15.6%
親身	209	24.2%	199	25.1%	176	19.3%
電子郵件	146	16.9%	125	15.8%	127	14.0%
網上投訴	-	-	41	5.2%	176	19.3%
傳真	2	0.2%	2	0.2%	0	0%
公署主動跟進	19	2.2%	10	1.2%	29	3.2%
收案總數	865	100%	793	100%	910	100%

Estatística das participações recebidas entre 2014 e 2016 segundo a forma de apresentação

Forma de apresentação	2013		2014		2015	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Via postal	262	30,3%	263	33,2%	260	28,6%
Telefone	227	26,2%	153	19,3%	142	15,6%
Apresentação pessoal	209	24,2%	199	25,1%	176	19,3%

Forma de apresentação	2013		2014		2015	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Correio electrónico	146	16,9%	125	15,8%	127	14,0%
Apresentação de queixa <i>online</i>	-	-	41	5,2%	176	19,3%
Fax	2	0,2%	2	0,2%	0	0%
Intervenção por iniciativa do CCAC	19	2,2%	10	1,2%	29	3,2%
Total	865	100%	793	100%	910	100%

截至年底，公署結案462宗，其中偵查終結並分別移送檢察院或歸檔的刑事案件182宗，完成處理並歸檔的行政申訴案件280宗。

2016年，公署共接獲不同性質的求助查詢個案1,102宗，其中涉及刑事方面為453宗，行政申訴方面為649宗。

Até final do ano passado, foi concluída a investigação de 462 casos pelo CCAC. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de 182 casos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 280 casos foram dados por concluídos e arquivados.

O CCAC recebeu ainda, em 2016, 1.102 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 453 relacionados com matéria criminal e 649 relacionados com matéria administrativa.

SECÇÃO II COMBATE À CORRUPÇÃO

I. Introdução

Em 2016, o CCAC continuou a privilegiar a sua orientação sob o princípio do «primado da lei», bem como o princípio do tomar de posições firmes na investigação de todos os casos de corrupção, reforçando o espírito de responsabilidade, continuando a combater, firme e persistentemente, os crimes de corrupção e defendendo a equidade e a justiça.

Simultaneamente, o CCAC adoptou uma política anti-corrupção mais pragmática, tendo assentado a tónica fundamental do seu trabalho no aperfeiçoamento do mesmo de forma sustentada e segura e na concretização dos trabalhos de forma eficaz e eficiente, reforçando o espírito de serviço e a capacidade do seu pessoal na execução das leis, intensificando a comunicação e o contacto com os órgãos judiciais, para que o combate à corrupção possa ser realizado de forma mais sólida e pormenorizada, tendo como objectivo a realização da justiça independentemente dos eventuais elogios públicos.

Em 2016, os casos criminais investigados referiam-se, na sua maioria, a crimes praticados por trabalhadores da função pública, tendo sido detectado, pela primeira vez, um caso de corrupção que envolveu um ex-titular da direcção do Ministério Público. Comparando com o reduzido número de casos de corrupção do sector privado nos anos anteriores a 2015, registou-se, em 2016, um ligeiro aumento no número de denúncias de natureza criminal recebidas e no número de processos concluídos.

Relativamente aos casos criminais investigados pelo CCAC em 2016, ressalva-se o seguinte:

Em primeiro lugar, em comparação com o ano passado, em que um grande número dos trabalhadores envolvidos pertenciam a corpos disciplinares com funções militarizadas, em

第二部分 反貪工作

一、概述

2016年，公署繼續秉承依法辦事的方針，反貪工作堅持有案必查、有貪必肅的原則，強化責任擔當意識，鏗而不捨地打擊貪污犯罪，維護社會的公平正義。

同時，公署採取更加務實的反貪策略，把握穩中求進、務實見效的工作基調，增強人員的使命感及執法能力，加強與司法機關的溝通聯繫，以期反貪工作更加腳踏實地、精耕細作，不求聞達、但求公正。

2016年全年偵查的刑事案件仍以公務員犯罪為主，且首次偵破了檢察院前領導人的涉貪案件；私營部門的刑事舉報和偵結案件數量略有回升，較2015年之前的私營部門賄賂犯罪案件寥寥無幾的情況有所改變。

2016年公署偵辦的刑事案件具如下特點：

其一，案件涉及的公共部門更廣泛，相對往年的案件偏重於

紀律部隊的情況，2016年的刑事案件涉及到不同範疇的部門，例如民政總署、衛生局、社會工作局、海事及水務局、房屋局等。

其二，偵結案件的社會影響較大，往往由一案的偵破引發多宗同類的舉報。例如，繼偵破交通事務局與停車場管理公司一案之後，引發了多宗有關停車場管理的舉報。

其三，私營部門的案件有所增加，私營實體就賄賂犯罪行使告訴權的意識亦有所提升。例如，有數宗投訴涉及大廈管理委員會及物業管理公司，反映本澳部分物業管理公司與業主、大廈管理委員會之間的關係錯綜複雜，相互間的矛盾比較明顯，有關大廈管理的法律制度亟待完善。

全年偵辦案件所涉及的犯罪主要集中在詐騙、偽造文件和濫用職權等罪行上。較典型的是詐騙政府資助的案件，包括詐騙政府對工作收入補貼、環保節能基金資助、教育發展基金資助及持續進修發展計劃資助的案件。結合近幾年的案件來看，顯示有關職能部門有必要加強監管和從嚴審核各種資助的申請。

全年偵辦的案件中影響較大的是前檢察長涉貪案。經公署調查發現，嫌犯涉嫌串通私營公司的主事人，長期將檢察院的工程及服務以高價判給指定的公司從而獲取不法利益。面對調查時間緊迫、案件時間跨度長、文件數量眾多等困難，公署最終成功偵破案件並移送司法機關起訴。

為做好2017年立法會選舉過程中打擊賄選、保障廉潔選舉的工作，公署從資源配置及情報搜集等方面，開展內部籌備工作。公署內部成立了反賄選專責團隊，針對立法會選舉中可能出現的賄選行為，展開深入研究及情報搜集，精心部署2017年立法會選舉的反賄選策略，以保障選舉過程更加廉潔、公平、公正。

2016, os serviços públicos envolvidos são mais abrangentes, envolvendo serviços públicos de diferentes áreas, nomeadamente do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, dos Serviços de Saúde, do Instituto de Acção Social, da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água e do Instituto de Habitação.

Em segundo lugar, os casos investigados e concluídos produziram um impacto relativamente grande na sociedade, de tal forma que a resolução de um caso deu origem à apresentação de denúncias semelhantes. A título de exemplo, a resolução do caso que envolveu a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e as empresas de gestão de auto-silos deu origem a várias denúncias referentes à gestão de auto-silos.

Em terceiro, verificou-se um aumento de casos relacionados com o sector privado e uma maior consciência sobre o direito de queixa referente a crimes de corrupção por parte das entidades privadas. Como exemplo, verificaram-se algumas queixas relacionadas com o conselho de administração dos prédios e as empresas de gestão dos mesmos, destacando-se a existência de conflitos complexos entre as empresas de gestão dos prédios, os proprietários, e o conselho de administração do prédio, resultando daí a verificação de que o regime jurídico sobre a gestão predial necessita de um aperfeiçoamento urgente.

Os casos investigados no ano em análise envolveram principalmente crimes de burla, de falsificação de documento e de abuso de poder, sendo os casos mais comuns aqueles relacionados com a obtenção fraudulenta de subsídios atribuídos pelo Governo, nomeadamente a obtenção fraudulenta do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, do apoio financeiro concedido pelo Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, e dos atribuídos pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo e pelo Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Regista-se, em relação aos casos verificados nos últimos anos que é necessário que as entidades públicas competentes reforcem a fiscalização e intensifiquem a verificação de todos os pedidos de subsídios.

Entre os casos investigados no ano em análise, aquele que teve mais impacto é o caso de corrupção que envolve o ex-Procurador. Na sequência da investigação, verificou-se que o arguido, em conluio com responsáveis de empresas privadas, teria adjudicado, por um longo período de tempo e a preços elevados, a determinadas empresas as obras e a prestação de serviços do Ministério Público, de forma a obter vantagens ilícitas. Apesar das diversas dificuldades encontradas na investigação, nomeadamente o tempo apertado, o período de tempo alargado das práticas em questão e o número de processos a analisar, o CCAC concluiu o caso e encaminhou o mesmo para os órgãos judiciais para efeitos de pronúncia.

Com o intuito de otimizar os trabalhos do combate à corrupção e da salvaguarda da integridade das eleições, o CCAC deu início aos trabalhos preparatórios internos no âmbito da distribuição de recursos e de recolha de informação. Foi criada no seio do CCAC uma equipa especializada no combate à corrupção eleitoral que, tendo como alvo os eventuais actos de corrupção eleitoral nas eleições legislativas desenvolveu um estudo profundo sobre a matéria e procedeu à necessária recolha de informação, implantando uma estratégia metódica contra a corrupção eleitoral relativamente às eleições para a Assembleia Legislativa de 2017, no sentido de garantir que as eleições sejam realizadas de forma mais íntegra, justa, e imparcial.

二、刑事舉報及立案簡介

2016年，公署共接獲及跟進投訴及舉報的個案總數為910宗，開立刑事案件252宗，處理涉及刑事方面的求助查詢453宗，偵查終結並移送檢察院或予以歸檔的刑事案件182宗。

2012年-2016年案件統計表

統計項目	2012	2013	2014	2015	2016
收案總數	852	896	865	793	910
開立刑事案件	297	264	266	262	252
偵查終結案件	185	236	492	256	182

三、部分偵結案件摘要

個案一

2016年2月，公署揭發檢察院前檢察長何超明貪腐案件，涉案公職人員還包括前檢察長辦公室主任及顧問。

經調查發現，何超明在任檢察長的十多年間，與親友成立多間空殼公司，專門高價承接檢察院的工程、服務及財貨的判給，然後再二判給其他公司。該等空殼公司無須提供服務，只是從中賺取差價牟利；空殼公司雖然不具備中標資格及服務能力，報價也遠較市場價格高，但多年來仍可高價承接檢察院大量判給，涉案金額超過澳門幣1.2億元，從中非法獲利超過澳門幣4,000萬元。

公署在偵查過程中還揭發，何超明涉嫌濫用職權，以公帑支付其私人及親友的享樂消費。何超明涉嫌觸犯詐騙、相當巨額詐騙、濫用職權、在法律行為中分享經濟利益、財產來源不明及財

II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos

Em 2016, o CCAC recebeu e acompanhou um total de 910 queixas e denúncias. 252 casos criminais foram instruídos e 453 pedidos de consulta e de informação de natureza criminal foram tratados. Para além disso, foram concluídos 182 processos criminais, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados.

Estadística das participações entre 2012-2016

Item	2012	2013	2014	2015	2016
Total das participações recebidas	852	896	865	793	910
Casos criminais instruídos	297	264	266	262	252
Casos com a investigação concluída	185	236	492	256	182

III. Sumário de alguns casos concluídos

Caso 1

Em Fevereiro de 2016, o CCAC detectou um caso de corrupção relacionado com o ex-Procurador do Ministério Público, Ho Chio Meng. Entre os envolvidos no caso estavam também o ex-Chefe do Gabinete do Procurador e um ex-assessor do mesmo Gabinete.

Na sequência da investigação, verificou-se que o ex-Procurador do Ministério Público, Ho Chio Meng, durante o exercício de funções como Procurador, por um período de mais de uma década, tinha estabelecido com parentes e amigos várias «empresas fantasma» que absorveram, de forma exclusiva e a preços elevados, as adjudicações de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens do Ministério Público. Tendo obtido as adjudicações, as referidas empresas subempreitaram os trabalhos ou serviços a realizar a outras empresas, sendo que estas «empresas fantasma» lucraram simplesmente com a diferença nos preços sem terem necessidade de prestar qualquer serviço. Apesar de que as «empresas fantasma» não possuíam as habilitações exigidas para a respectiva adjudicação nem a capacidade para a prestação dos serviços em questão, para além dos preços propostos serem muito mais elevados que os praticados pelo mercado, ainda assim aquelas empresas obtiveram um grande número de adjudicações a preços muito elevados ao longo dos anos, sendo que o montante total envolvido é superior a 120 milhões de patacas, e os respectivos lucros ilícitos obtidos superior a 40 milhões de patacas.

No decorrer da investigação, foi também detectado que Ho Chio Meng terá abusado do seu poder, utilizando dinheiro público para o seu próprio lazer e bem assim dos seus parentes e amigos. Ho Chio Meng é suspeito de praticar diversos crimes, nomeadamente burla, burla de valor consideravelmente elevado, abuso de poder, participação económica em negócio, riqueza injustificada e falsidade de depoimento na declaração de bens patrimoniais e interesses, tendo o caso sido encaminhado para o Tribunal de Última Instância para efeitos de julgamento. Os processos relativos ao ex-Chefe do Gabinete

產申報不實等罪名，案件已在終審法院審理。涉案的前檢察長辦公室主任及顧問亦已另案移送司法機關處理。

個案二

2016年6月，公署偵破一宗民政總署兩名主管涉嫌濫用職權長期包庇下屬無故遲到及早退的案件。

經調查發現，民政總署一名職員以及其直屬職務主管，於2011年1月至2014年8月期間，經常遲到早退，且有明確的打咭記錄，但二人所屬部門的兩名主管在知悉有關違規的情況後，故意不履行應有的義務，未向上級反映有關事實，導致民政總署領導層多年來無法知悉有關事實，從而未對二人提起應有的紀律程序，令部門損失了原本不應支付的澳門幣55萬元的薪金。

在公署介入調查期間，其中一名涉案主管在明知違反正常程序的情況下，將下屬數十次沒有足夠證明及解釋的缺勤追認為合理缺勤，意圖掩飾自己長期包庇下屬的不法事實。兩名主管涉嫌觸犯了《刑法典》規定的“濫用職權罪”被移送檢察院處理。

民政總署高度重視有關情況，已對有關人員提起紀律程序。其中，涉案的遲到早退職員已被科處停職240天的處分。

個案三

2016年11月，公署揭發一名治安警察局主管涉嫌長期將公務車輛用作私人用途，以及指示下屬在辦公時間維修私人車輛的案件。

經調查發現，治安警察局一名處級主管在2015年9月至2016年6月期間，多次指示下屬司機駕駛部門的公務車輛接載其家人到非辦公地點處理私人事務，當中包括接載其兒子及工人往返學校、接載家人到醫院求診等。

do Procurador e ao ex-assessor do mesmo Gabinete foram encaminhados separadamente para os órgãos judiciais para acompanhamento.

Caso 2

Em Junho de 2016, o CCAC detectou um caso em que dois titulares de cargos de chefia do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) teriam abusado dos seus poderes e encoberto atrasos e saídas antecipadas injustificadas por parte dos seus subordinados durante um longo período de tempo.

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que, entre Janeiro de 2011 e Agosto de 2014, um trabalhador do IACM e a sua respectiva chefia funcional chegaram atrasados e saíram antecipadamente do local de trabalho com frequência, com os respectivos atrasos e saídas antecipadas registados claramente no cartão de ponto. No entanto, os dois chefes das subunidades a que os referidos trabalhadores pertenciam não agiram, propositadamente, em conformidade com os deveres devidos e, mesmo depois de ter conhecimento das referidas situações irregulares, não referiram tal facto aos seus superiores hierárquicos, resultando que a direcção do IACM não teve conhecimento deste facto ao longo de vários anos, pelo que nunca foram instaurados processos disciplinares contra os dois trabalhadores em causa, causando um prejuízo ao Instituto que pagou, indevidamente, as respectivas retribuições no valor de 550.000 patacas.

Após a intervenção do CCAC na investigação, um dos titulares de cargo de chefia envolvidos, estando ciente de que os seus actos estavam em violação dos procedimentos normais, aceitou como justificadas as dezenas de faltas dos seus subordinados sem provas e sem justificação bastante, com a intenção de esconder o seu encobrimento ilícito dos actos praticados pelos seus subordinados. Os dois titulares de cargo de chefia foram assim considerados suspeitos de ter praticado o crime de abuso de poder previsto no Código Penal, tendo sido encaminhados para o Ministério Público.

O IACM deu muita importância à situação acima referida e processos disciplinares foram instaurados contra os indivíduos envolvidos. Foram aplicadas aos trabalhadores que tinham chegado atrasado e que saíram antecipadamente do local de trabalho com frequência penas de suspensão por 240 dias.

Caso 3

Em Novembro de 2016, o CCAC detectou que um titular de um cargo de chefia do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) teria utilizado, por um longo período de tempo, o veículo do serviço para fins particulares e dado instrução aos seus subordinados para repararem o seu veículo particular durante as horas de expediente.

Foi apurado na investigação que, entre Setembro de 2015 e Junho de 2016, o titular do cargo de chefe de divisão do CPSP tinha instruído por várias vezes o motorista, seu subordinado, para levar os seus familiares a locais que não eram os de trabalho com o veículo do serviço e para tratar de assuntos de natureza particular, nomeadamente para levar o seu filho e a sua empregada doméstica nas deslocações entre a casa e a escola, ou para levar os seus familiares ao hospital para consultas médicas.

此外，涉案主管曾於2016年6月透過一名警長，指示兩名前線警員在辦公時間內前往涉案主管的住所，為其配偶維修車輛。

有關人員因涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“濫用職權罪”，已被移送檢察院處理。

個案四

2016年4月，公署揭發海事及水務局一名主管及一名職務主管涉嫌詐騙輪值津貼的案件。

經調查發現，海事及水務局一名職務主管明知僅需按正常工作時間上班而無必要輪值，仍與其上級主管合謀，故意編造該崗位需要輪值工作的理由，撰寫建議書建議將上班時間由正常辦公時間改為輪值形式，以便收取相當於薪俸17.5%的輪值津貼。有關建議獲其主管簽署同意，最終獲得上級批准。事實上，該職務主管所謂的輪值工作只有其本人負責，其下班後亦沒有人接替其工作，根本沒有輪值的實際需要。

2010年1月至12月期間，該職務主管每月成功收取相當於其薪俸17.5%的輪值津貼，共詐騙津貼澳門幣5萬多元。兩人涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“巨額詐騙罪”，案件已移送檢察院處理。

個案五

2016年11月，公署揭發一宗分別任職於房屋局及檢察長辦公室的公務員夫婦涉嫌詐騙及偽造文件的案件。

經調查發現，涉案的公務員夫婦在申請經屋前已擁有一個珠海住宅單位，但在填寫申請表時，他們沒有按規定申報該珠海物業。在房屋局進行資產複查程序時，他們仍隱瞞持有珠海物業的事實，並抓緊時間將該物業出售，之後再向房屋局遞交在珠海不擁有物業的證明，以便瞞騙房屋局繼續擁有已取得的經屋

Para além disso, em Junho de 2016, o chefe de divisão em causa tinha ainda dado instruções, através de um chefe, a dois guardas da linha da frente para se deslocar ao seu domicílio dentro das horas de expediente para reparar o veículo da sua cónjuge.

O aludido indivíduo teria incorrido no crime de abuso de poder previsto no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 4

Em Abril de 2016, o CCAC descobriu um caso suspeito de burla, referente ao subsídio de turno, praticado por um titular de cargo de chefia e uma chefia funcional da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA).

Na sequência da investigação, apurou-se que uma chefia funcional da DSAMA, embora estivesse ciente de que as suas funções podiam ser executadas durante o período normal de trabalho e de que não havia necessidade de as desenvolver em regime de turnos, actuou em conluio com o seu superior hierárquico, inventando razões para justificar a necessidade de trabalhar por turnos naquele posto. Assim, elaborou uma proposta para que executasse as suas próprias funções em regime de turnos em vez de as executar em horário normal de trabalho, recebendo assim o subsídio de turno correspondente a 17,5% do seu vencimento. A aludida proposta mereceu a concordância do seu superior hierárquico, que a confirmou por assinatura, e foi posteriormente autorizada pelo superior. Na realidade, o alegado trabalho por turnos foi executado unicamente pela própria chefia funcional e ninguém ocupava o seu lugar quando saía do serviço, o que mostra que não existia de facto a necessidade de trabalhar por turnos.

No período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2010, a chefia funcional em questão conseguiu receber mensalmente um subsídio de turno que era correspondente a 17,5% do seu vencimento, obtendo assim, através de um meio fraudulento, um subsídio no valor total de mais de 50.000 patacas. Os dois envolvidos foram considerados suspeitos de ter praticado o crime de burla de valor elevado previsto no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 5

Em Novembro de 2016, o CCAC descobriu um caso suspeito de burla e de falsificação de documento praticado por um casal de trabalhadores da função pública, exercendo funções no Instituto de Habitação (IH) e no Gabinete do Procurador, respectivamente.

Conforme o que foi apurado na investigação, o casal em questão possuía um fogo habitacional em Zhuhai antes da sua candidatura à habitação económica. Todavia, no preenchimento do formulário de candidatura, o casal não declarou a sua propriedade, em Zhuhai, tal como legalmente previsto. No processo de revisão realizado pelo IH, o casal continuou a ocultar a sua propriedade em Zhuhai e vendeu rapidamente o seu imóvel. Posteriormente, o casal apresentou um documento comprovando que não possuía qualquer imóvel em Zhuhai, com vista a burlar o IH e manter na sua posse a fracção da habitação económica adquirida. Para além disso, os dois in-

單位。此外，二人分別於2013年及2015年作出財產申報時，未如實申報在珠海擁有物業的資料。

兩人因涉嫌觸犯《刑法典》規定的偽造文件罪、相當巨額詐騙罪，以及《財產及利益申報法律制度》規定的資料不正確罪被移送檢察院處理。

個案六

2016年11月，公署揭發一宗涉嫌偽造文件詐騙環保節能基金資助的案件。

經調查發現，一名環保節能產品供應商於2012年至2015年期間，在為商戶代辦“環保、節能產品和設備資助計劃”申請手續及供應節能產品的過程中，誇大節能產品的銷售價格，以騙取環保與節能基金的資助。

涉案供應商透過偽造文件及誇大產品價值等手段，令環保節能基金資助超額貸款，造成政府公帑損失。此外，該名供應商實際提供的環保節能產品與申請的品牌、型號及數量不符，涉及的詐騙總金額達澳門幣60多萬元。

涉案的供應商涉嫌觸犯《刑法典》規定的“偽造文件罪”、“詐騙罪”及“巨額詐騙罪”，已被移送檢察院處理。

個案七

2016年4月至5月，公署揭發兩宗偽造文件詐騙特區政府“工作收入補貼”的案件。

經調查發現，一間物業管理及清潔公司的東主於2009年至2014年間，在代員工向財政局申請工作收入補貼的過程中，利用低報員工工作收入及虛報工作時數等手段，填報虛假申請資料，甚至偽造在職僱員資料，以詐騙工作收入補貼，涉及的詐騙總金額達澳門幣70多萬元。

divíduos não declararam fielmente os dados referentes ao seu imóvel em Zhuhai quando apresentaram as suas declarações de bens patrimoniais e interesses em 2013 e 2015, respectivamente.

Os dois envolvidos foram considerados suspeitos de ter praticado os crimes de falsificação de documento e de burla de valor consideravelmente elevado previstos no Código Penal, bem como o crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público.

Caso 6

Em Novembro de 2016, o CCAC descobriu um caso suspeito de falsificação de documento para obter subsídios do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE) através de meios fraudulentos.

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que um fornecedor de produtos de conservação energética, no período entre 2012 e 2015, ao ajudar as empresas interessadas em tratar das formalidades na candidatura ao Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, e ao fornecer produtos de conservação energética, exagerou nos preços dos produtos de conservação energética fornecidos, de forma a obter, através de meios fraudulentos, do FPACE um apoio financeiro.

Recorrendo à falsificação de documentos, ao empolamento dos preços de artigos, entre outras práticas fraudulentas, o referido fornecedor fez com que o FPACE concedesse apoios financeiros superiores ao que deveria conceder, causando um prejuízo no que ao dinheiro público respeita. Para além disso, os produtos de conservação energética efectivamente fornecidos pelo fornecedor em causa não estavam em conformidade com o que fora indicado no pedido apresentado em relação à marca, ao modelo e à quantidade dos produtos. Esta burla terá envolvido um montante total de mais de 600.000 patacas.

O fornecedor em causa foi considerado suspeito de ter praticado os crimes de falsificação de documento, de burla, e de burla de valor elevado previstos no Código Penal, tendo sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 7

Em Abril e Maio de 2016, o CCAC detectou dois casos suspeitos de falsificação de documentos para obtenção fraudulenta do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho atribuído pelo Governo da RAEM.

Foi apurado no decurso da investigação que, entre os anos de 2009 e 2014, o proprietário de uma empresa de administração de condomínios e de limpezas prestou à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), no requerimento do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, a favor dos seus trabalhadores, informações falsas, declarando, nomeadamente montantes de rendimento do trabalho inferiores aos que verdadeiramente recebiam e um número de horas de trabalho que não correspondia à realidade, tendo ainda, no intuito de receber o referido subsídio, falsificado informações relativas aos trabalhadores contratados, envolvendo tal burla um montante total de mais de 700 mil patacas.

經調查發現，某大廈管理委員會主席在代大廈管理員申請政府工作收入補貼時，故意不將底薪以外的津貼及獎金計入總工作收入內，以騙取政府更多的資助。經統計，在2012年至2015年期間，涉案的大廈管理委員會主席替29名管理員向財政局申請的收入補貼資助中，共作出113次不實申報，涉及詐騙的款項約澳門幣25萬元。

上述物業管理及清潔公司東主及大廈管理委員會主席的行為涉嫌觸犯《刑法典》規定的“詐騙罪”及“偽造文件罪”，已被移送檢察院處理。

個案八

2016年11月，公署偵破一宗私營部門賄賂案。

經調查發現，一名地產經紀於A地產公司任職，同時又私下成立了B地產公司從事放盤及交易。該名經紀在明知佣金是地產公司的主要收入來源，但仍以金錢利益誘使A地產公司的另一名經紀，意圖將A地產公司的客人私下轉移至其所經營的B地產公司。

在調查中，該名經紀承認實施上述行為，案中的A地產公司也行使了法定的告訴權。該名經紀的行為涉嫌觸犯第19/2009號法律《預防及遏止私營部門賄賂》規定的“私營部門的行賄罪”，被移送檢察院處理。

四、跨境案件協查

(一) 境外執法機關請求公署協查的案件

2016年，外地執法機關請求公署協查的案件數量有較大幅度的增長，由2015年的4宗，增加至2016年的19宗。其中，15宗是由內地反貪機關請求協查，4宗是香港廉政公署請求協查。當中3宗已完成，另16宗尚在跟進中。

(二) 公署請求境外執法機關協查的案件

2016年，公署請求外地協查的案件略有增長，從2015年的7宗增至2016年的9宗。其中，6宗案件為向內地反貪機關請求提供協助，3宗則是向香港廉政公署請求提供協助。

Foi apurado na investigação que o presidente do conselho de administração de um prédio, no requerimento do subsídio atribuído pelo Governo a favor dos guardas, declarou, de forma dolosa, montantes totais de rendimentos que não incluíam os subsídios e prémios atribuídos, de forma a obter um subsídio superior através de um meio fraudulento. Calculou-se que, durante o período compreendido entre 2012 e 2015, aquele presidente do conselho de administração prestou à DSF, no requerimento do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho a favor dos 29 guardas, informações falsas por 113 vezes, envolvendo tal burla um montante total de cerca de 250 mil patacas.

O proprietário da referida empresa e o presidente do conselho de administração do prédio envolvidos foram considerados suspeitos de ter praticado os crimes de burla e de falsificação de documento previstos no Código Penal, tendo sido encaminhados para o Ministério Público.

Caso 8

Em Novembro de 2016, o CCAC resolveu um caso de corrupção do sector privado.

Na sequência de uma investigação, apurou-se que um agente imobiliário quando trabalhava na empresa de mediação imobiliária, A, criou a empresa de mediação imobiliária, B para pôr à venda imóveis e fazer negócios imobiliários. Embora sabendo muito bem que as comissões são umas das principais fontes da receita de uma empresa de mediação imobiliária, aquele agente imobiliário aliciou um outro agente da empresa A, para que fossem transferidos os clientes da empresa A para a empresa por si explorada.

No decorrer da investigação, o agente imobiliário em causa confessou a prática dos actos acima expostos, sendo que a empresa A exerceu também o seu direito de queixa legalmente previsto. Este agente imobiliário teria incorrido no crime de corrupção activa no sector privado previsto na Lei n.º 19/2009 (Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado), tendo sido encaminhado para o Ministério Público após a conclusão da investigação.

IV. Cooperação transfronteiriça

(1) Apoio solicitado por autoridades do exterior ao CCAC no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2016, registou-se um aumento significativo no apoio solicitado pelas autoridades do exterior, aumentando significativamente de 4 casos em 2015 para 19 casos em 2016. Destes, 15 foram solicitações realizadas por autoridades anti-corrupção do Interior da China e 4 pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong. Do total dos casos, 3 foram dados como findos e 16 continuam a ser alvo de acompanhamento.

(2) Apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2016, verificou-se um ligeiro aumento no apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior, subindo de 7 casos em 2015 para 9 casos em 2016. Foi solicitado o apoio das autoridades anti-corrupção do Interior da China em 6 destes casos e do ICAC de Hong Kong nos restantes 3 casos.

部分協查所得的資料非常重要，成為案件成功偵破的關鍵證據。例如，2016年11月，公署在調查公務員涉嫌偽造文件騙取經濟房屋的案件期間，透過與內地執法部門的合作及協查機制，掌握了涉案人在內地購買及出售物業的資料，揭發他們涉嫌藉隱瞞曾在珠海擁有物業，從而騙取房屋局分配經濟房屋的事實。

(三) 第12屆粵港澳個案協查工作座談會

2016年12月，公署代表團參加了由香港廉政公署舉辦的“第12屆粵港澳個案協查工作座談會”。國務院港澳事務辦公室、最高人民檢察院分別派代表與會並講話，對於逾十年來三地反貪機構在協查工作方面奠定的良好基礎予以充分肯定，同時對未來的協查工作提出了指導性的意見。會議上，廣東省人民檢察院、香港廉政公署及澳門廉政公署代表回顧了過去一年協查工作中所遇到的問題，並就此充分交換了意見。

粵港澳三地的法律制度不同，在個案協查中必然遇到因刑事制度差異而出現的法律適用衝突問題。在三地還沒有達成司法協助的法律框架之前，個案協查工作座談會的定期輪流召開，使三地可以充分交流、求同存異，共同解決具體工作問題，有助於建立更加穩固和互信互助的聯合反貪機制，使跨境貪污犯罪案件獲得及時處理。

五、法院判決

2016年，經公署偵辦且送交至法院完成審理和作出判決的案件共有12宗，涉及32人，其中包括外界較關注的於2015年偵破的交通事務局前主管涉貪案。

Algumas informações obtidas através da cooperação transfronteiriça foram essenciais, e constituíram provas imprescindíveis na resolução de casos. A título de exemplo, em Novembro de 2016, na investigação de um caso suspeito de aquisição fraudulenta de habitação económica através de falsificação de documento por funcionários públicos, mediante a cooperação e o mecanismo de cooperação transfronteiriça com as autoridades do Interior da China, foram obtidas informações relativas à compra e à venda de um imóvel no Interior da China por parte dos envolvidos. O CCAC descobriu assim que os funcionários públicos em causa teriam ocultado o facto de possuírem um imóvel em Zhuhai de forma a adquirir fraudulentamente uma fracção de habitação económica atribuída pelo IH.

(3) 12.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau

Em Dezembro de 2016, a delegação do CCAC participou na «12.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau» realizado pelo ICAC de Hong Kong. Os representantes do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado e da Procuradoria Popular Suprema participaram e discursaram no evento, reconhecendo os bons alicerces lançados pelas autoridades contra a corrupção das três regiões no âmbito da cooperação na investigação de casos durante mais de uma década e profereindo simultaneamente pareceres orientadores em relação ao mesmo âmbito no futuro. Neste encontro, os representantes da Procuradoria do Povo da Província de Guangdong, do ICAC de Hong Kong e do CCAC fizeram um balanço sobre os problemas encontrados na cooperação transfronteiriça no ano transacto e procederam a uma plena troca de ideias sobre a matéria.

Tendo em conta as diferenças nos regimes jurídicos de Guangdong, Hong Kong e Macau, é inevitável o surgimento de conflitos na aplicação da lei no que respeita à cooperação na investigação de casos que envolvem regimes penais diferentes. Antes de se chegar a um quadro legal de cooperação judiciária, a organização do colóquio sobre a cooperação na investigação de casos, de forma regular e rotativa, possibilita um pleno intercâmbio entre as três regiões e, com o espírito de procurar os pontos comuns e de respeitar as diferenças, as partes envolvidas podem resolver em conjunto os problemas concretos encontrados nos trabalhos, contribuindo para o estabelecimento de um mecanismo conjunto do combate à corrupção mais seguro assente na confiança e assistência mútuas, por forma a que os casos referentes aos crimes de corrupção sejam tratados atempadamente.

V. Sentenças judiciais

Em 2016, 12 processos investigados pelo CCAC foram julgados pelo tribunal, com as respectivas sentenças proferidas, envolvendo 32 pessoas, incluindo um caso de corrupção resolvido ainda em 2015, o qual envolveu um ex-chefe da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e mereceu atenção por parte da sociedade.

具體判決撮要如下：

序號	法院	嫌犯	被檢控罪行	判決結果
1	初級法院	李XX 黃XX	偽造文件罪	判處李XX 120日的罰金，罰金的日額為澳門幣300元，合共罰金澳門幣36,000元； 判處黃XX 120日的罰金，罰金的日額為澳門幣50元，合共罰金澳門幣6,000元。
2	初級法院 中級法院	何XX 黃XX	賄選罪	初級法院判處何XX一年六個月實際徒刑； 初級法院判處黃XX一年三個月實際徒刑。 初級法院對兩人判處中止行使政治權利兩年的附加刑。 中級法院駁回二人的上訴，維持原判。
3	初級法院 中級法院	梁XX 高XX 陸XX 洪XX 林XX	詐騙罪	初級法院判處梁XX、高XX各兩年實際徒刑； 初級法院判處陸XX六個月徒刑，不予緩刑； 初級法院判處洪XX一年六個月徒刑，暫緩兩年執行； 初級法院判處林XX一年徒刑，暫緩兩年執行。 中級法院維持原判。
4	初級法院	高XX 梁XX 蔡XX	詐騙罪	高XX十項加重詐騙罪成立，每項犯罪判處三年九個月徒刑，十項犯罪競合，合共判處十年實際徒刑之單一刑罰； 梁XX十項加重詐騙罪成立，每項犯罪判處三年徒刑，十項犯罪競合，合共判處八年六個月實際徒刑之單一刑罰； 蔡XX罪名不成立。
5	初級法院	陳XX 李XX	濫用職權罪 違反保密罪 財產來源不明罪 資料不正確罪	陳XX兩項資料不正確罪罪名成立，每項判處120日罰金，兩罪競合，合共判處210日罰金，罰金的日額為澳門幣2,000元，合共罰金澳門幣420,000元。濫用職權罪、違反保密罪及財產來源不明罪罪名不成立； 李XX濫用職權罪、違反保密罪罪名不成立。 案件已上訴至中級法院。
6	初級法院 中級法院	鞏XX	行賄罪	初級法院判處七個月徒刑，暫緩一年六個月執行。 中級法院維持原判。
7	初級法院	張XX	行賄罪	判處60日罰金，每日罰金額澳門幣120元，總共為澳門幣7,200元。
8	初級法院	王XX	偽造文件罪	判處九個月徒刑，暫緩一年六個月執行。
9	初級法院	王X	行賄罪	判處六個月徒刑，暫緩一年六個月執行。
10	初級法院 中級法院	陳XX 王XX 趙XX 朱XX 歐陽XX 蔣XX 伍XX	受賄罪 行賄罪	初級法院判處： 陳XX三項受賄作不法行為罪，三罪競合，判處合共兩年實際徒刑； 王XX三項行賄作不法行為罪，三罪競合，判處合共兩年實際徒刑； 趙XX兩項行賄作不法行為罪，兩罪競合，合共判處一年徒刑，緩期三年執行； 朱XX兩項行賄作不法行為罪，兩罪競合，合共判處一年徒刑，緩期三年執行； 歐陽XX兩項行賄作不法行為罪，兩罪競合，合共判處一年徒刑，緩期四年執行，在緩刑期間附隨考驗制度； 蔣XX一項行賄作不法行為罪，判處九個月徒刑，緩期三

序號	法院	嫌犯	被檢控罪行	判決結果
				年執行； 伍XX一項行賄作不法行為罪（從犯），判處六個月徒刑，緩期兩年執行。 中級法院判處： 上述人士中只有陳XX提出了上訴，中級法院改判為：陳XX三項受賄作不法行為罪，判處合共兩年徒刑，在上訴人履行於六個月內向澳門特區支付澳門幣30,000元的義務後，徒刑得緩期四年執行。
11	初級法院	陳XX	偽造文件罪	五項偽造文件罪，每項判處七個月徒刑，數罪並罰判處一年三個月，緩刑兩年執行。緩刑條件為每月需向財政局繳交不少於澳門幣5,000元，直至向財政局償還賠償合共澳門幣111,600元為止。
12	初級法院	盧XX	受賄罪 違反保密罪 在法律行為中分享經濟利益罪 清洗黑錢罪 濫用職權罪 財產申報虛假聲明罪 財產來源不明罪	42項受賄罪，每罪判處四年徒刑；10項違反保密罪，每罪判處九個月徒刑；12項在法律行為中分享經濟利益罪，每罪判處一年六個月徒刑； 一項清洗黑錢罪，判處三年六個月徒刑；以及 兩項濫用職權罪、兩項財產申報虛假聲明罪、一項財產來源不明罪均罪成； 數罪並罰判處單一刑期12年六個月，罰款澳門幣36,000元。
		潘X	受賄罪 違反保密罪 在法律行為中分享經濟利益罪	42項受賄罪成，每罪判監三年；以及 10項違反保密、12項在法律行為中分享經濟利益罪罪成； 64項罪判處七年九個月徒刑。
		陳XX	行賄罪 在法律行為中分享經濟利益罪	28項行賄罪、12項在法律行為中分享經濟利益罪成，判處六年三個月徒刑。
		陳XX	行賄罪	28項行賄罪成，判處四年六個月徒刑。
		梁XX	在法律行為中分享經濟利益罪	12項在法律行為中分享經濟利益罪成，判處四年徒刑。
		殷XX	行賄罪	14項行賄罪成立，判處四年三個月徒刑。

Apresenta-se de seguida o resumo das sentenças:

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
1	Tribunal Judicial de Base (TJB)	Lei XX Wong XX	crime de falsificação de documento	Lei XX foi punido com pena de multa de 120 dias, à taxa diária de 300 patacas, sendo o valor total da multa 36.000 patacas; Wong XX foi punido com pena de multa de 120 dias, à taxa diária de 50 patacas, sendo o valor total da multa 6.000 patacas.
2	TJB Tribunal de Segunda Instância (TSI)	Ho XX Wong XX	crime de corrupção eleitoral	Ho XX foi condenado pelo TJB à pena de prisão efectiva de 1 ano e 6 meses; Wong XX foi condenado pelo TJB à pena de prisão efectiva de 1 ano e 3 meses. Os dois indivíduos foram condenados ainda à pena acessória de suspensão de direitos políticos durante 2 anos. Os recursos dos dois indivíduos foram posteriormente indeferidos pelo TSI, mantendo-se a decisão do TJB.

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
3	TJB TSI	Leong XX Kou XX Lok XX Hong XX Lam XX	crime de burla	Leong XX e Kou XX foram condenados pelo TJB à pena de prisão efectiva de 2 anos, respectivamente; Lok XX foi condenado pelo TJB à pena de prisão de 6 meses, não podendo a mesma ser suspensa; Hong XX foi condenado pelo TJB à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos; Lam XX foi condenado pelo TJB à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 2 anos. A decisão do TSI manteve a decisão do TJB.
4	TJB	Kou XX Leong XX Choi XX	crime de burla	Kou XX foi condenado, por 10 crimes de burla qualificada, à pena de prisão de 3 anos e 9 meses para cada crime. No concurso dos 10 crimes, foi condenado à pena única de prisão efectiva no total de 10 anos; Leong XX foi condenado, por 10 crimes de burla qualificada, à pena de prisão de 3 anos para cada crime. No concurso dos 10 crimes, foi condenado à pena única de prisão efectiva no total de 8 anos e 6 meses; Choi XX foi absolvido.
5	TJB	Chan XX Lei XX	crime de abuso de poder crime de violação de segredo crime de riqueza injustificada crime de inexactidão dos elementos	Chan XX foi condenado, por 2 crimes de inexactidão dos elementos, com pena de multa de 120 dias para cada crime. No concurso dos 2 crimes, foi punido com pena de multa de 210 dias no total, à taxa diária de 2.000 patacas, sendo o valor total da multa 420.000 patacas. Foi absolvido da prática dos crimes de abuso de poder, de violação de segredo e de riqueza injustificada; Lei XX foi absolvido dos crimes de abuso de poder e de violação de segredo. Foi interposto recurso junto do TSI.
6	TJB TSI	Kong XX	crime de corrupção activa	Kong XX foi condenado à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses. A decisão do TSI manteve a decisão do TJB.
7	TJB	Cheong XX	crime de corrupção activa	Cheong XX foi punido com pena de multa de 60 dias, à taxa diária de 120 patacas, sendo o valor total da multa 7.200 patacas.
8	TJB	Wong XX	crime de falsificação de documento	Wong XX foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses.
9	TJB	Wong X	crime de corrupção activa	Wong X foi condenado à pena de prisão de 6 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses.
10	TJB TSI	Chan XX Wong XX Chio XX Chu XX Ao Ieong XX Cheong XX Ng XX	crime de corrupção passiva crime de corrupção activa	Decisão do TJB: Chan XX foi condenado, por 3 crimes de corrupção passiva para acto ilícito. No concurso de 3 crimes, foi condenado à pena de prisão efectiva de 2 anos; Wong XX foi condenado, por 3 crimes de corrupção activa para acto ilícito. No concurso de 3 crimes, foi condenado à pena de prisão efectiva de 2 anos; Chio XX foi condenado, por 2 crimes de corrupção activa para acto ilícito. No concurso de 2 crimes, foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 3 anos; Chu XX foi condenado, por 2 crimes de corrupção activa para acto ilícito. No concurso de 2 crimes, à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 3 anos;

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
				<p>Ao Jeong XX foi condenado, por 2 crimes de corrupção activa para acto ilícito. No concurso de 2 crimes, foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 4 anos com sujeição a regime de prova;</p> <p>Cheong XX foi condenado, por 1 crime de corrupção activa para acto ilícito, à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 3 anos;</p> <p>Ng XX foi condenado, por 1 crime de corrupção activa para acto ilícito (cúmplice), à pena de prisão de 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos.</p> <p>Decisão do TSI:</p> <p>De entre os diversos indivíduos, só Chan XX interpôs um recurso junto do TSI e, em consequência, foi condenado por 3 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, sendo condenado à pena de prisão de 2 anos no total, com a execução da pena suspensa por 4 anos sob a condição de cumprimento da obrigação de pagamento de 30.000 patacas à RAEM dentro de 6 meses, por parte do recorrente.</p>
11	TJB	Chan XX	crime de falsificação de documento	5 crimes de falsificação de documento, com a pena de prisão de 7 meses para cada crime, em cúmulo jurídico foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 3 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos, sob a condição de pagamento de um montante não inferior a 5.000 patacas por mês à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) até o reembolso integral do montante de 111.600 patacas.
12	TJB	Lou XX	crime de corrupção passiva crime de violação de segredo crime de participação económica em negócio crime de branqueamento de capitais crime de abuso de poder crime de falsidade de depoimento - declaração de bens patrimoniais e interesses crime de riqueza injustificada	Lou XX foi condenado por 42 crimes de corrupção passiva, com a pena de prisão de 4 anos de prisão para cada crime; 10 crimes de violação de segredo, com a pena de prisão de 9 meses de prisão para cada crime; 12 crimes de participação económica em negócio, com a pena de prisão de 1 ano e 6 meses de prisão para cada crime; Foi ainda condenado por 1 crime de branqueamento de capitais, à pena de prisão de 3 anos e 6 meses, e por 2 crimes de abuso de poder, 2 crimes de falsidade de depoimento - declaração de bens patrimoniais e interesses e 1 crime de riqueza injustificada; Em cúmulo jurídico foi condenado, à pena única de prisão de 12 anos e 6 meses, e à pena de multa de 36.000 patacas.
		Pun X	crime de corrupção passiva crime de violação de segredo crime de participação económica em negócio	Pun X foi condenado por 42 crimes de corrupção passiva, com a pena de prisão de 3 anos de prisão para cada crime; por 10 crimes de violação de segredo e 12 crimes de participação económica em negócio; sendo condenado à pena de prisão de 7 anos e 9 meses pela prática de 64 crimes.
		Chan XX	crime de corrupção activa crime de participação económica em negócio	Chan XX foi condenado, por 28 crimes de corrupção activa, e 12 crimes de participação económica em negócio, à pena de prisão de 6 anos e 3 meses.
		Chan XX	crime de corrupção activa	Chan XX foi condenado, por 28 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 4 anos e 6 meses.

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
		Leong XX	crime de participação económica em negócio	Leong XX foi condenado, por 12 crimes de participação económica em negócio, à pena de prisão de 4 anos.
		Ian XX	crime de corrupção activa	Ian XX foi condenado, por 14 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 4 anos e 3 meses.

六、財產及利益申報工作

為加強廉潔文化建設，配合政府的陽光施政，公署一如既往依法嚴格執行公務員財產及利益申報制度。財產及利益申報制度自1998年實施，至今已經歷18載，期間曾經兩次修訂，使該制度更趨完善。2013年生效的《財產及利益申報法律制度》引入了適度公開財產機制，對樹立廉潔透明的政府形象具有重要的作用。

財產申報制度不僅是確保公務員廉潔奉公的重要措施，也是打擊貪腐犯罪的有效武器。公務員須如實申報財產，否則可能觸犯《財產及利益申報法律制度》中的刑事規定。

過去兩年，公署偵破數宗觸犯《財產及利益申報法律制度》規定的“資料不正確罪”和“財產來源不明罪”的案件，並移送檢察院處理，某些更被法院判處罪名成立。上述案件表明，財產申報已成為澳門特區廉潔建設的重要一環。

在對外宣傳方面，公署透過網上發佈資訊、派發單張等不同方式，介紹《財產及利益申報法律制度》的重點內容，並印發申報書填寫指引；公署亦持續為新入職人員數目較多的公共部門舉辦財產及利益申報講解會和解答提問，藉此加強初入職人員對相關法律的認識，了解填寫申報書的注意事項。

為配合特區政府電子政務的整體規劃，公署繼續使用“財產及利益申報通知書電子處理系統”作為收發通知書的渠道。上述系統於2013年年初投入使用，至2016年已有53個部門及機關採

IV. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses

Com o objectivo de promover a cultura de integridade e estar em linha com a política de transparência privilegiada pelo Governo, o CCAC tem implementado escrupulosamente o regime jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses dos trabalhadores da função pública nos termos da lei. Desde a sua entrada em vigor em 1998, decorreram 18 anos sobre o regime jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, durante este período o regime foi revisto duas vezes com vista ao seu aperfeiçoamento. No Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, foi introduzido e entrou em vigor em 2013, o mecanismo de publicitação do património, o qual tem uma função importante na criação de uma imagem de integridade e de transparência do Governo.

O regime jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses não é apenas uma medida importante para assegurar um comportamento íntegro dos trabalhadores da função pública, mas também um instrumento eficaz para o combate à corrupção. Os trabalhadores da função pública são obrigados a declarar fielmente os seus bens patrimoniais, sob pena de incorrer na violação das disposições penais previstas no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.

Nos últimos dois anos, o CCAC resolveu vários casos da prática de crimes de inexactidão dos elementos e de riqueza injustificada, que foram encaminhados para o Ministério Público e alguns destes casos resultaram em condenações por parte dos tribunais. Os casos acima referidos mostram que a Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses torna-se cada vez mais uma parte integrante na construção de uma sociedade incorrupta na RAEM.

O CCAC reforçou as acções de divulgação relativas à declaração de bens patrimoniais e interesses. O conteúdo essencial do Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses foi alvo de divulgação através da página electrónica do CCAC e da distribuição de folhetos. As orientações para o preenchimento da declaração foram também disponibilizadas. O CCAC continuou a realizar sessões de esclarecimento sobre a declaração de bens patrimoniais e interesses e a responder às questões levantadas neste âmbito, tendo como alvo os serviços públicos que recrutaram um maior número de trabalhadores, por forma a levar os novos recrutados a compreender melhor as disposições deste regime e a adquirir informações importantes sobre o preenchimento da declaração.

No quadro do planeamento global do Governo da RAEM em relação ao Governo Electrónico, o CCAC continuou a utilizar um software relativo ao «sistema de processamento electrónico das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses» para o envio e a recepção de notificações. Desde a entrada em funcionamento do referido sistema no início de

用，有關系統減省了送交通知書的人力和財政資源，提高了工作效率，在執行財產及利益申報法律過程中發揮了顯著的功效。

2016年，財產及利益申報工作執行順利，全年共接收13,450

名公務人員提交的財產及利益申報書，具體資料列表如下：

2016年提交財產及利益申報書人數統計表

提交申報書原因	人數
開始擔任職務	2,863
職務變動	4,382
終止職務	2,005
五年更新	2,084
隨配偶更新	551
履行提供資料義務	1,395
自願更新	170
總計	13,450

第三部分 行政申訴

一、概述

2016年，公署一如既往嚴格按照《廉政公署組織法》和其他法律的規定執行行政申訴工作，在收到市民舉報或透過其他渠道獲悉違法情事的消息後，按既定程序進行調查，在查獲行政違法或不當事實時向涉案部門或其監督實體說明問題所在，並提出相關糾正意見或勸喻。

過去一年，公署一共開立658宗行政申訴個案和處理649宗求助查詢。因應近年調查的申訴個案時間跨度更長、情節更趨複雜和隱蔽的情況，公署在人力資源和內部運作的層面作出了調

2013, contam-se, até 2016, um total de 53 serviços e entidades utilizadoras deste sistema, o que minimiza a necessidade de recursos humanos e financeiros na fase de entrega das notificações, e contribui para o aumento da eficiência de trabalho e o alcance de resultados significativos na implementação da lei relativa à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.

Em 2016, os trabalhos relativos à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses foram bem sucedidos, tendo recebido, no ano em análise, um total de 13.450 declarações de bens patrimoniais e interesses apresentadas pelos trabalhadores da função pública. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

Mapa estatístico relativo à apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses em 2016

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Início de funções	2.863
Alteração de funções	4.382
Cessação de funções	2.005
Actualização quinquenal	2.084
Actualização em razão do cônjuge	551
Cumprimento do dever de prestação de informações	1.395
Actualização voluntária	170
Total	13.450

SECÇÃO III PROVEDORIA DE JUSTIÇA

I. Introdução

Em 2016, as acções do CCAC no âmbito da provedoria de justiça, tal como as que têm sido desenvolvidas nos anos anteriores, foram executadas no rigoroso cumprimento da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção e ao abrigo de outros diplomas legais. Depois de receber denúncias apresentadas por cidadãos ou ter conhecimento de notícias sobre ilegalidades através de outros meios, o CCAC seguiu os procedimentos estabelecidos para as respectivas investigações. No caso de serem detectadas ilegalidades administrativas ou irregularidades, o CCAC esclareceu os serviços envolvidos ou as respectivas entidades tutelares sobre quais eram os problemas em causa, tendo emitido recomendações ou pareceres para a sua regularização.

Ao longo do ano transacto, foram no total instaurados 658 casos de natureza administrativa e tratados 649 pedidos de consulta. Face ao facto de que nos últimos anos os casos investigados pelo CCAC foram casos cada vez mais complexos e encobertos e decorridos num período de tempo muito longo, torna-se assim necessário um ajustamento ao nível dos recursos humanos e do funcionamento interno, para que o pessoal do

整，使工作人員能夠更加集中精力辦案和採取更多元化的調查措施，更好地執行行政申訴工作。

在專案調查方面，公署公佈了《關於益隆炮竹廠土地置換事件的調查報告》和《關於交通事務局公共停車場管理服務判給的調查報告》兩份報告，在查明益隆炮竹廠土地置換事件和公共停車場管理服務判給事件的事實經過的基礎上，從法律角度作出深入分析，指出相關行政程序和行政行為的違法之處，並提出糾正建議。

雖然上述兩宗事件所涉及的背景和具體事宜各不相同，有關程序所適用的法律規定也不一樣，但兩宗事件具有一定的共性，即主導相關程序的公務人員無視法律規定，嚴重違反公務人員在履行職務過程中必須遵從的“合法性原則”這一最基本底線，使法律所設置的制衡和監察機制形同虛設，為貪污腐敗等刑事罪行的發生打開方便之門。

同往年一樣，公署挑選若干具代表性的案件摘要，以便公眾和公共部門對過去一年公署跟進的申訴個案有所了解，以便部門及監督實體針對類似的情況進行反思，採納和落實相應的改善措施，避免重蹈覆轍。

從有關的摘要可見，案件涉及人員聘用、主管任命、公務採購、違法兼職等不同事宜；某些個案反映出部門對適用於自身職責的行政程序和法規內容欠缺準確認識，怠於履行職務；某些個案更揭露出有部門明知有關行為或程序有瑕疵，仍以似是而非的理由放任違法情況的存在，直至公署發出勸喻後，不得已才採取措施加以糾正。

過去一年，公署參與了《立法會選舉法》的修訂工作。在總結過往執法經驗的基礎上，公署對法律提出若干修訂建議，並跟進整個草擬程序，有關法案於2016年年底獲立法會細則性審議和通過。《立法會選舉法》的修訂將為公署在履行預防、遏止和打擊賄選及其他選舉不法行為的職責方面提供更加有效的法律手段和依據。

CCAC possa concentrar os seus esforços e recorrer a medidas de investigação diversificadas, permitindo assim que as acções de provedoria de justiça sejam realizadas de forma otimizada.

Relativamente aos inquéritos abertos, o CCAC publicou dois relatórios, a saber: o Relatório de investigação sobre o caso da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long e o Relatório de investigação sobre a adjudicação de serviços de gestão de auto-silos públicos por parte da DSAT. Com base nos factos apurados sobre os dois casos acima identificados, o CCAC procedeu a uma análise profunda sob o ponto de vista jurídico, tendo apontado as ilegalidades em procedimentos e actos administrativos e formulado sugestões para a sua regularização.

Apesar de aqueles dois casos decorrerem em contextos diferentes, reportarem concretamente a diferentes matérias e as normas jurídicas aplicáveis aos respectivos procedimentos também não serem iguais, ambos os casos têm algo em comum, isto é, os trabalhadores que conduziram os procedimentos administrativos em causa menosprezaram normas jurídicas, e violaram gravemente o «princípio da legalidade», um princípio fundamental que os trabalhadores dos serviços públicos têm de cumprir no exercício das suas funções. Esta prática faz com que os mecanismos legais de controlo e fiscalização tenham apenas expressão nominal, facilitando a ocorrência de casos de corrupção e de demais ilícitos de natureza penal.

Tal como o que tem sido feito nos anos anteriores,, o CCAC seleccionou aqueles que têm maior valor de referência, para disponibilizar ao público o seu resumo, no sentido de permitir que os cidadãos e serviços públicos tenham conhecimento de alguns dos casos de provedoria de justiça que o CCAC acompanhou ao longo do ano passado, e para que os serviços e suas respectivas entidades tutelares possam reflectir sobre estas situações, e aceitar e implementar medidas no sentido da sua melhoria, com vista à não repetição desses erros.

Do referido resumo pode-se perceber que os casos implicam diversas áreas, nomeadamente respeitam ao recrutamento de pessoal, à nomeação de chefias, à aquisição de bens e serviços e à acumulação ilegal de funções. Nalguns casos foi apurado que os serviços não tinham exacto conhecimento do teor da legislação e dos procedimentos administrativos aplicados ao exercício das suas competências, eram indolentes no exercício de funções, e em alguns casos foi detectado que embora soubessem que procedimentos ou actos padeciam de vícios, os serviços permitiram que as situações de ilegalidade existissem, justificando-o com base em motivos artificiais, tomando somente medidas para a sua regularização depois do CCAC emitir as respectivas recomendações.

No ano passado, o CCAC participou nos trabalhos de revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. Com base no balanço das experiências obtidas na execução da lei, o CCAC formulou sugestões para revisão da referida lei e acompanhou todo processo legislativo, tendo a proposta de alteração sido apreciada e aprovada na especialidade na Assembleia Legislativa em finais de 2016. A revisão da «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau» disponibiliza ao CCAC meios e fundamentação legais mais eficazes para o exercício das suas competências de prevenção, repressão e combate à corrupção eleitoral e demais ilícitos relativos às eleições legislativas.

二、專案調查

(一)《關於益隆炮竹廠土地置換事件的調查報告》

公署在報告中指出，益隆炮竹廠的佔地面積為28,340平方米，其中21,668平方米的土地是澳葡政府於上世紀50年代以租賃方式批予炮竹廠的兩位原經營人，以便與其本身擁有的1,655平方米私家地和其他土地一併利用，經營炮竹廠業務。

因炮竹廠已處於停運狀態，澳葡政府於1986年宣告上述面積為21,668平方米的土地批給失效。澳葡政府曾不斷收到以益隆炮竹廠土地權利人名義提出的在該地段內興建商住樓宇和置換其他土地的申請，但一直未達成協議。

此外，炮竹廠地段權利人與政府亦因氹仔BT27地段的批給溢價金發生糾紛，工務部門於2000年決定將有關糾紛與土地置換問題一併解決。在多次洽談後，工務部門與地段權利人達成換地共識。

2001年1月10日，由工務局局長代表特區政府與聖母灣公司代表簽署置換土地的《承諾書》。特區政府承諾批給聖母灣公司一幅位於氹仔望德聖母灣大馬路面積為152,073平方米的土地，而聖母灣公司亦承諾在不帶任何負擔的情況下向特區政府轉讓構成整個益隆炮竹廠的土地。

2002年3月，聖母灣公司獲批准將位於望德聖母灣的土地分割成兩幅分別為99,000平方米和53,073平方米的土地，並將前者以港幣5億元的價格轉讓給信德娛樂股份有限公司。2006年，信德公司聲明放棄上述土地中的18,344平方米，以換取一幅位於外港新填海區面積相若的批租地。

公署經分析認為，《承諾書》的簽訂過程違反了《土地法》所規定的處置土地的權要件、形式要件和程序要件。此外，由

II. Inquéritos

(1) Relatório de investigação sobre o caso da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long

O CCAC indica neste relatório que o terreno da Fábrica de Panchões Iec Long conta com uma área de 28.340 m², dos quais 21.668 m² foram concedidos por arrendamento, pela Administração Portuguesa de Macau, na década de 1950, a favor de dois proprietários da então Fábrica de Panchões, de forma a serem aproveitados conjuntamente com um terreno privado, com uma área de 1.655 m² dos mesmos proprietários e ainda com outros terrenos, para a exploração da actividade da fábrica de panchões.

Encontrando-se a Fábrica de Panchões Iec Long desactivada, a Administração Portuguesa de Macau declarou, em 1986, a caducidade da concessão dos referidos terrenos com uma área de 21.668 m². Posteriormente, os pedidos de construção de edifícios com a finalidade de comércio e habitação ou de permuta por outro terreno foram apresentados sucessivamente à Administração Portuguesa de Macau pelos titulares daqueles terrenos da Fábrica de Panchões Iec Long, não tendo sido obtido porém qualquer acordo.

Além disso, houve entre os ditos titulares dos terrenos e o Governo uma disputa relativa ao prémio do Lote BT27 na Taipa. Em 2000, os serviços públicos competentes para obras públicas decidiram que aquela disputa seria resolvida no processo da permuta do terreno da Fábrica de Panchões que então decorria. Após vários encontros, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) e os titulares do terreno da aludida fábrica de panchões chegaram a um consenso.

Em 10 de Janeiro de 2001, o Governo da RAEM, representado pelo Director da DSSOPT, e o representante da Sociedade da Baía da Nossa Senhora da Esperança firmaram um Termo de Compromisso relativo à permuta de terrenos, segundo o qual o Governo da RAEM comprometeu-se a conceder à Sociedade da Baía da Nossa Senhora da Esperança um terreno localizado na Estrada da Baía de Nossa Senhora da Esperança na ilha da Taipa, com uma área de 152.073 m² e a Sociedade da Baía da Nossa Senhora da Esperança, por sua vez, comprometeu-se a ceder ao Governo da RAEM, livre de qualquer ónus ou encargo, todo o terreno que forma a Fábrica de Panchões Iec Long.

Em Março de 2002, foi autorizado o pedido formulado pela Sociedade da Baía da Nossa Senhora da Esperança relativo à divisão do terreno da Baía de Nossa Senhora da Esperança em duas parcelas, uma com a área de 99.000 m² e outra com a área de 53.073 m², e ainda que a primeira parcela fosse cedida a favor da sociedade Shun Tak, Serviços Recreativos, S.A. (Shun Tak S.A.), pagando a Shun Tak S.A. um montante de 500.000.000 dólares de Hong Kong como preço de cedência. Em 2006, a Shun Tak S.A. declarou abdicar da área de 18.344 m² no terreno referido, na condição de que fosse concedido, por arrendamento e com dispensa de concurso público, um terreno com idêntica área nos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE).

Após análise, o CCAC considerou que o Termo de Compromisso foi celebrado em desconformidade com os requisitos de

於澳葡政府已於1986年宣告益隆炮竹廠內21,668平方米的土地批給失效，聖母灣公司無權作出處分，更無權承諾將構成整個益隆炮竹廠的土地轉讓予特區政府，特區政府無需要亦無可能從聖母灣公司手中取得原本已屬國有土地的地段。

報告指出，《承諾書》中所確定的益隆炮竹廠土地的價值，除了包含私家地和長期租借地外，還包括已被宣告失效的批租地和無主地的價值，並且在為進行土地置換而計算的溢價金內將國有土地的價值作出扣減，明顯違反了《土地法》規定的“平等給付”原則，從而令公共利益受損。

報告同時指出，在進行土地置換的過程中，工務局在就改變BT27地段承批人退還溢價金的金額、變更益隆炮竹廠土地價值的計算方式、提高望德聖母灣住宅用地的地積比率等事宜作出決定時，並未說明理由或標準，明顯違反了《行政程序法典》規定的說明理由的義務。

公署認為，有關益隆炮竹廠的土地置換《承諾書》無效，特區政府無需承擔任何“地債”。公署建議特區政府相關部門認真研究和妥善處理因《承諾書》無效而衍生的後續問題，以及氹仔BT27地段的溢價金糾紛和信德公司的土地批給問題。

(二)《關於交通事務局公共停車場管理服務判給的調查報告》

公署在2015年4月偵破交通事務局運輸管理處主管及其下屬與管理公司相互勾結、利用職務之便長期操控公共停車場管理服務的判給並從中收受不法利益的案件，涉案金額約澳門幣6,700萬元，非法獲利約澳門幣1,900萬元。

公署在刑事偵查中發現，除了涉案人員有主觀上的犯罪故意外，交通事務局在公共停車場管理服務的外判程序及內部監管

competência, de forma e de procedimentos previstos na Lei de Terras, em matéria de disposição dos terrenos da RAEM. Além disso, as parcelas de terreno na Fábrica de Panchões Iec Long, com uma área de 21.668 m² cuja concessão já foi declarada caducada em 1986 pela Administração Portuguesa de Macau, pelo que a Sociedade da Baía da Nossa Senhora da Esperança não tinha direito de disposição sobre essas parcelas de terreno, nem tão pouco tinha o direito de se comprometer a ceder ao Governo da RAEM todo o terreno que forma a Fábrica de Panchões Iec Long, sendo que o Governo da RAEM não tem necessidade, nem pode, adquirir desta Sociedade as parcelas de terreno da Fábrica de Panchões Iec Long que já são propriedade do Estado.

O relatório do CCAC indica que no valor do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long fixado no Termo de Compromisso, incluiu-se não só o valor das parcelas que constituem propriedade privada e das parcelas aforadas, mas também o valor das parcelas cuja concessão já fora declarada caducada e ainda das parcelas vagas, e que o valor das parcelas da propriedade do Estado foi deduzido do prémio calculado para efeitos de permuta do terreno. Assim, o estipulado no Termo de Compromisso viola manifestamente o «princípio da igualdade das prestações» consagrado na Lei de Terras, pondo em causa o interesse público.

O relatório do CCAC indica ainda que, durante o processo da permuta do terreno, a DSSOPT não esclareceu sobre quais os critérios e fundamentos adoptados na tomada das relevantes decisões, nomeadamente no que respeita à alteração do valor da restituição do prémio do Lote BT27 para a concessionária, à alteração da fórmula de cálculo do valor do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long e ao aumento do índice líquido de utilização do solo da habitação na Baía de Nossa Senhora da Esperança, constituindo assim uma violação óbvia do dever de fundamentação previsto no Código do Procedimento Administrativo.

Na opinião do CCAC, o Termo de Compromisso sobre a permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long é nulo e não há qualquer «dívida de terrenos» por parte do Governo da RAEM. O CCAC sugeriu que os serviços competentes do Governo da RAEM procedam a uma análise séria e a um tratamento adequado das questões subsequentes à nulidade do referido Termo de Compromisso, bem como com as questões da disputa relativa ao pagamento do prémio do Lote BT27 na Taipa e da concessão de terrenos à Shun Tak S.A.

(2) Relatório de investigação sobre a adjudicação de serviços de gestão de auto-silos públicos por parte da DSAT.

Em Abril de 2015, o CCAC descobriu um caso em que o chefe da Divisão de Gestão de Transportes da DSAT e um seu subordinado, em conluio com empresas de gestão, aproveitaram as suas competências funcionais para manipularem durante um longo período o processo de adjudicação de serviços de gestão de auto-silos públicos. O caso envolveu um valor de cerca de 67 milhões de patacas, tendo os dois funcionários públicos recebido benefícios ilícitos de cerca de 19 milhões de patacas.

Durante a investigação criminal deste caso, o CCAC descobriu que além de existir o dolo subjectivo do crime por parte dos envolvidos, a DSAT apresentou deficiências graves no processo de adjudicação dos serviços de gestão de auto-silos

機制上存在嚴重的缺失，未能及時發現並制止不法行為，客觀上對案件的發生起到了縱容和便利的作用。因此，公署就此問題展開專案調查。

報告指出，按照《公共泊車服務規章》規定，行政當局應透過公開競投，把公共停車場的經營管理服務以“經營合同”的模式判予私人實體；獲判給的管理公司應按“自負盈虧”的原則承擔營運停車場的所有成本，包括購置設備的費用；停車場的泊車收入在扣除給予行政當局的“回報金”後歸管理公司所有。

但公署發現，交通事務局在未有充分說明理據的情況下棄用“經營合同”，多次與管理公司簽署“短期管理服務合同”，將停車場管理服務合同“斬件”外判。自2003年至2016年，全澳46個公共停車場中，交通事務局曾為39個停車場簽訂341份“短期管理服務合同”。

公署認為，交通事務局這種做法明顯規避《公共泊車服務規章》以及第122/84/M號法令有關公開招標以及簽署公證合同的規定，使法定制度和程序變得可有可無、形同虛設，最終被不法分子利用，成為操控公共停車場管理服務判給以獲取非法利益的手段及工具。

報告亦指出，交通事務局在購置停車場設備或維修服務時，經常“假手”管理公司提交其他專業公司報價，在未說明理由的情況下豁免詢價程序，直接將項目批給本身不具備提供有關設備或工程條件的管理公司。

此外，交通事務局未能有效監管停車場管理公司上交政府的泊車收入，對所收泊車費的真實性及準確性不作監管和核查。對於部分管理公司經常拖欠上交泊車收入，局方不但沒有採取有力措施追收，還如期支付管理服務費，甚至將新的管理合同再次判給予有關公司。

públicos e no seu mecanismo de supervisão interna, bem como não foi capaz de verificar atempadamente e impedir a prática de actos ilícitos, sendo isso, numa perspectiva objectiva, factores que deixaram e facilitaram a ocorrência do caso. A este propósito, o CCAC instaurou um inquérito sobre o assunto.

Segundo o relatório do CCAC, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, a Administração Pública deve adjudicar a entidades privadas, mediante concurso público e em regime de contrato de exploração, a prestação dos serviços de gestão de auto-silos públicos e, a empresa de gestão adjudicada assume, por sua própria conta e risco, todos os custos sobre a exploração dos auto-silos públicos, incluindo as despesas com a aquisição de equipamentos. As receitas derivadas das tarifas de estacionamento, deduzidas da retribuição pecuniária a pagar à Administração Pública, revertem a favor das empresas de gestão.

No entanto, foi verificado pelo CCAC que, na adjudicação dos serviços de gestão dos auto-silos públicos, a DSAT deixou frequentemente de recorrer ao contrato de exploração, celebrando muitas vezes contratos de curto prazo para a prestação do serviço de gestão com empresas de gestão, bem como adjudicou de forma repartida os serviços de gestão de auto-silos, sem que, para tal tenha apontado justificação suficientemente fundamentada. Desde o ano 2003 até 2016, de entre os 46 auto-silos públicos de Macau, existem 39 auto-silos públicos para cuja gestão foram assinados pela DSAT 341 contratos de curto prazo para a prestação do serviço de gestão.

O CCAC considera que a prática da DSAT visa obviamente contornar a realização de concurso público e a celebração do contrato através de escritura pública impostas pelo Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento e pelo Decreto-Lei n.º 122/84/M, o que tornou assim os regimes e procedimentos legais meramente formais e inúteis, além disso, acabou por ser aproveitada como meio e instrumento de manipulação da adjudicação da gestão de auto-silos públicos, com vista à obtenção de vantagens ilícitas.

O relatório do CCAC indica ainda que, durante a aquisição de equipamentos e de serviços de reparação de auto-silos, a DSAT, recebeu cotações de outras empresas especializadas, mas apresentadas pelas empresas de gestão, dispensou o processo de consulta e adjudicou directamente esses projectos às empresas de gestão, as quais, por si próprias, não possuíam condições para fornecer os equipamentos ou executar as obras em questão, sem que tenha apontado justificação fundamentada para tal.

Para além disso, a DSAT não conseguiu supervisionar eficazmente o facto de que as empresas de gestão de auto-silos devem entregar mensalmente as receitas provenientes das tarifas de estacionamento, e nunca supervisionou nem verificou nem a autenticidade nem a exactidão das receitas provenientes das tarifas de estacionamento recebidas. Em relação a algumas empresas de gestão que não tinham entregue pontualmente as receitas provenientes das tarifas de estacionamento, a DSAT não tomou medidas efectivas para a recuperação das receitas em atraso e, pagou, pontual e mensalmente, o valor da prestação de serviços, sendo até adjudicados os novos contratos de gestão às mesmas empresas de gestão.

公署認為，此次調查中所發現的不嚴格按照法律規定行事，甚至有意規避法律規定或法定程序，以及內部監管鬆懈或流於形式等問題，在公共部門中並非絕無僅有。這些問題若不及時加以糾正，會為貪污舞弊案件的發生打開方便之門。

公署指出，提高行政效率不能以違反“合法性原則”為代價。削弱採購程序的公開性及透明度，不僅難以使行政當局用合理的價格選擇最優質的服務，而且會增加發生貪污濫權的風險。行政當局需因應社會發展的現實狀況，對第122/84/M號法令及其相關規定作出調整，在簡化公共採購程序的同時，強化相應的監督及核查機制。

三、案件摘要

個案一

公署收到舉報，指氹仔街市某攤檔已超過一年沒有正常營業，持牌人也不在檔內出現，該攤檔僅作存貨之用，而民政總署卻長期不作檢控，質疑該署監管不力。

公署調查發現，氹仔街市確實存在檔主沒有正常營業，攤檔被用作存放貨物的情況。而民政總署就有關情況回覆公署的查詢時表示，由於現時沒有法律依據監管位於氹仔和路環的街市攤檔無故停業的情況，所以只能透過勸喻方式提醒有關街市的檔主需保持經常營業。

回歸前，前澳門市政廳及前海島市政廳分別負責澳門半島及離島的街市管理。為應對部分街市檔主長期停業不經營的問題，前澳門市政廳執行委員會於1999年6月4日作出議決，規定街市攤檔承租人連續停業超過3天便需要得到許可，停業滿15天但未獲應有的許可，則承租人須在7天內作出解釋，否則可解除有關租賃。然而，前海島市政廳並沒有針對離島街市攤檔承租人無故停業作出任何規範。

回歸後，無論是前臨時市政局，還是之後成立的民政總署，都沒有統一澳門半島及離島的街市管理規範，以致位於澳門及氹仔的街市在管理方面一直沿用不同的標準制度，對於澳門目前

O CCAC considera que as questões detectadas neste inquérito, nomeadamente, a falta de observação rigorosa da lei, o desvio intencional das normas ou procedimentos legais, a frouxidão na supervisão interna ou a supervisão meramente formal, não são questões exclusivas da DSAT. Se estas questões não forem corrigidas a tempo, poderão transformar-se numa porta aberta à prática de actos de corrupção.

Segundo o CCAC, com vista à elevação da eficiência administrativa, não se deve colocar em risco a violação do Princípio da legalidade. Enfraquecer a publicidade e transparência dos procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços leva a que não só a Administração não possa escolher serviços de qualidade com preço justo, como também o risco de corrupção e de abuso de poderes aumenta. A Administração deve, tendo em conta a realidade do desenvolvimento social, proceder a ajustamentos no Decreto-Lei n.º 122/84/M e na demais legislação aplicável, reforçando os mecanismos de fiscalização e controle, a par da simplificação do processo de aquisição de bens e serviços públicos.

III. Sumário de casos

Caso 1

Segundo uma denúncia recebida pelo CCAC, uma banca localizada no Mercado Municipal da Taipa encontrava-se suspensa há mais de um ano, não aparecendo sequer no local o seu arrendatário. A referida banca vinha servindo apenas como depósito de mercadorias. No entanto, não houve qualquer autuação por parte do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) ao longo desse tempo, suspeitando-se de falta de fiscalização por parte deste Instituto.

De acordo com a investigação do CCAC, no Mercado Municipal da Taipa verificava-se realmente a referida situação. Na resposta à consulta do CCAC, o IACM afirmou que não existe actualmente qualquer suporte legal para fiscalizar a inactividade injustificada de bancas dos mercados municipais das Ilhas da Taipa e Coloane, pelo que o IACM tem recorrido apenas a recomendações para chamar a atenção dos arrendatários das bancas desses mercados municipais para a necessidade de manterem a sua actividade.

Antes da transferência de soberania, competia ao Leal Senado de Macau e à Câmara Municipal das Ilhas a gestão dos mercados municipais de Macau e das Ilhas respectivamente. Considerando que alguns dos arrendatários de bancas dos mercados deixaram de exercer a sua actividade de venda durante um longo prazo, o Leal Senado de Macau, para fazer face ao problema, deliberou em Sessão Camarária de 4 de Junho de 1999 que a suspensão da actividade das bancas dos mercados municipais por um período superior a três dias deve obter autorização prévia; decorridos 15 dias de suspensão sem ter sido obtida a devida autorização, o arrendatário tem que justificar a mesma dentro de 7 dias, sob pena de que o Leal Senado de Macau possa rescindir o arrendamento. Porém, quanto à suspensão injustificada da actividade das bancas nos mercados, a Câmara Municipal das Ilhas não tomou qualquer deliberação.

Após o regresso de Macau à Pátria, nem a Câmara Municipal de Macau Provisória nem o, posteriormente criado, IACM, procederam à uniformização das normas relativas à gestão dos mercados da península de Macau e das Ilhas da Taipa e Co-

的地域面積和街市數量而言，保留不同的管理制度完全沒有必要，這不僅會造成監管上的困難，而且會使市民產生執法不公、厚此薄彼的感覺。

民政總署依據1974年制定的《海島市市政條例法典》管理今天的離島街市，必然會出現法律規定滯後、欠缺監管執法手段的問題。即使是澳門半島街市的管理，民政總署主要還是依據1960年制定的《澳門市政廳市立街市條例》，大部分的內容也與當前的社會現實嚴重脫節。公署在2015年《關於市政條例及市政規章的調查報告》中已指出，有相當數量的市政條例和市政規章不合時宜，須盡快修法以回應市政管理的需求。

公署認為，離島街市的攤檔長期空置，公共服務資源無法得到妥善的利用，監管部門因欠缺執法手段而束手無策。與民生事務有關的法律滯後，最終會影響到市民的日常生活，因此敦促民政總署盡快完成有關市政條例和市政規章的修法工作。民政總署表示認同現行街市條例和監察模式存在未盡完善之處，承諾日後會透過修法及引入其他技術手段進一步完善街市管理，回應社會的發展需求。

個案二

公署收到舉報，指某人於2012年透過技術員開考入職文化局，但該投考人在報考期限屆滿前並未具備開考通告上所要求的學歷資格，質疑局方有違法聘用之嫌。

根據公署的調查，在報考期限於2012年4月16日屆滿前，該投考人僅向文化局提交了一份由某大學發出的學士學位課程的“在學證明書”，而未有提交開考通告所要求的學歷證書副本。直至文化局公佈開考的臨時名單後，該投考人才補交大學於2012年5月30日發出的畢業證書。

公署認為，澳門的公職法律規定，學歷資格是擔任公職的一般要件，投考人應在開考通告規定的報考期限屆滿前具備該要件，否則有關任用當屬無效。由於該投考人是在報考期限屆滿後

loane, pelo que continuam a ser aplicados regimes diferentes na gestão destes mercados. Tendo em consideração a actual área territorial de Macau e o número de mercados, não há necessidade nenhuma de continuar a existir diversos regimes de gestão, na medida em que assim não só dificulta a fiscalização, mas também dá aos cidadãos uma sensação de injustiça e parcialidade na execução da lei.

Na gestão dos actuais mercados das ilhas, o facto do IACM aplicar o Código de Posturas Municipais do Concelho das Ilhas, aprovado em 1974, suscita necessariamente a questão do atraso na produção legislativa e da falta de meios de fiscalização. Mesmo a gestão dos mercados da península de Macau por parte do IACM também é feita praticamente ao abrigo do Regulamento para os Mercados Municipais, aprovado em 1960, cuja maioria de normas está muito desactualizada face à actual realidade social. De facto, o CCAC referiu em 2015 no Relatório de investigação sobre as posturas e regulamentos municipais que um número significativo de posturas e regulamentos municipais se encontra desactualizado, tornando-se, assim, necessária a alteração da lei para dar resposta às necessidades de gestão dos assuntos municipais.

Considerando que as bancas dos mercados das ilhas encontram-se permanentemente desocupadas, os recursos públicos não são devidamente aproveitados e os serviços competentes para a fiscalização não têm forma de solucionar o problema devido à falta de meios de execução da lei, além disso, o atraso na legislação sobre os assuntos cívicos acaba por afectar a vida da população, o CCAC instou a que o IACM concluísse o mais cedo possível a revisão das posturas e regulamentos municipais. Por seu turno, o IACM admitiu a existência de deficiências e insuficiências na actual postura relativa aos mercados e na respectiva fiscalização, comprometendo-se a que no futuro iria melhorar a gestão dos mercados através de uma revisão legislativa e da utilização de meios tecnológicos, de modo a responder às necessidades do desenvolvimento social.

Caso 2

Foi feita uma denúncia junto do CCAC, alegando que em 2012 um indivíduo, através de um concurso para técnico, ingressou no Instituto Cultural (IC), mas que até ao fim do prazo de apresentação de candidaturas ainda não tinha as habilitações académicas exigidas no aviso de abertura de concurso, questionando assim a legalidade da contratação por parte do IC.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC, no referido prazo, que terminou em 16 de Abril de 2012, o candidato entregou ao IC apenas um «documento comprovativo da frequência de curso de licenciatura» emitido por uma universidade, não entregando, porém, a cópia do certificado das habilitações académicas exigida no aviso de abertura de concurso. Só depois da publicação da lista provisória de candidatos ao concurso em questão, foi entregue ao IC um diploma de licenciatura datado de 30 de Maio de 2012 da referida universidade.

O CCAC entendeu que, nos termos da legislação da função pública, a habilitação académica é um dos requisitos gerais para o desempenho de funções públicas e os candidatos devem reunir este requisito antes do termo do prazo de apresentação de candidaturas fixado no aviso de abertura de concurso, sob pena da nulidade do respectivo provimento. Uma vez que, o

方取得學士學位學歷，因此不具備擔任技術員的法定學歷資格，文化局對該投考人的任用因違反法律規定而屬無效。

在調查中，文化局承認典試委員會對投考人在報考時必須具備要件的認知有誤，以為投考人在短期內可取得學歷證書便可投考。故此，該局已修訂開考的流程及指引，並承諾完善開考程序，以確保開考程序的合法性，避免同類事件再次發生，而該投考人亦已從文化局離職。

個案三

公署在工作中發現，文化局兩名主管的委任涉嫌違法，因此展開跟進調查。

經文化局局長建議，社會文化司司長批准，兩名人員被任命為文化局人力資源及行政處以及研究及計劃處處長，任命批示在2016年1月6日《澳門特別行政區公報》上公佈。但是經公署調查發現，這兩名主管並未符合在相關職務範疇至少有五年工作經驗的法定條件。

根據公署的調查，獲委任為人力資源及行政處處長的人員在1994年至2010年期間，於前澳門市政廳及民政總署擔任秘書職務；2010年入職文化局後，實際負責的仍然是秘書工作，即有關人員在獲委任處長前並未負責或參與有關人事行政管理方面的工作。因此，公署認為該人員不具備法律要求的在人事行政範疇工作最少五年的條件。

此外，獲委任研究及計劃處處長的人員之前在私人公司工作，2010年7月以取得勞務方式進入文化局工作，然後於翌年10月以散位合同方式入職文化局。公署認為，法例規定的“相關職務範疇工作經驗”僅指公職工作經驗，並不包括在私人部門或以取得勞務方式在公共部門的工作經驗。因此，該人員的公職工作

andidato em questão obteve a licenciatura só depois do termo do referido prazo de apresentação de candidaturas, não possuía a habilitação académica legalmente prevista para exercer funções de técnico, sendo o respectivo provimento no IC nulo por violação da lei.

Durante a investigação, o IC admitiu que, relativamente aos requisitos que os candidatos têm de preencher quando da apresentação de candidaturas, o júri do concurso teve um entendimento incorrecto, considerando que se o candidato pudesse num curto prazo ficar habilitado com o diploma necessário, poderia candidatar-se ao concurso. Nestes termos, o IC procedeu à revisão dos procedimentos e orientações para abertura de concurso e comprometeu-se a melhorar o processo de abertura de concurso, com vista a assegurar a legalidade do processo de abertura de concurso e a não repetição de casos semelhantes, sendo que, para além disso o candidato em questão deixou entretanto de trabalhar no IC.

Caso 3

No exercício das suas funções, o CCAC verificou a suspeita de ilegalidade na nomeação de dois cargos de chefia do Instituto Cultural (IC). Nestes termos, o CCAC procedeu a uma investigação no sentido de acompanhamento do caso.

Sob proposta do Presidente do IC e mediante a autorização do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, dois trabalhadores foram nomeados para assumir respectivamente a chefia da Divisão de Recursos Humanos e Administrativa e a chefia da Divisão de Estudos e Projectos, tendo sido o respectivo despacho de nomeação publicado no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, de 6 de Janeiro de 2016. No entanto, o CCAC descobriu que os referidos dois trabalhadores não reúnem o requisito legal de ter pelo menos 5 anos de experiência profissional na respectiva área.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC, nos anos de 1994 a 2010, o trabalhador nomeado para a chefia da Divisão de Recursos Humanos e Administrativa exerceu funções de secretário no Leal Senado e no Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, e após ter ingressado no IC em 2010, as funções que ficaram a seu cargo foram basicamente ainda as de secretariado, ou seja, antes da sua nomeação para o cargo de chefia, nunca foi responsável ou participou em trabalhos desenvolvidos no âmbito dos recursos humanos e administração. Portanto, o CCAC considera que o referido trabalhador não reúne o requisito legal de ter pelo menos 5 anos de experiência profissional no âmbito dos recursos humanos e administração.

Relativamente à nomeação do chefe da Divisão de Estudos e Projectos, o trabalhador nomeado tinha trabalhado no sector privado e, em Julho de 2010 começou a exercer funções no IC em regime de aquisição de serviços, passando a ser contratado em regime de assalariamento pelo IC a partir de Outubro do ano seguinte. Na opinião do CCAC, a «experiência profissional na área respectiva» que a lei determina refere-se exclusivamente apenas à experiência na função pública e não abrange qualquer experiência adquirida no sector privado ou em entidades públicas em regime de aquisição de serviços. Por esta razão, a experiência profissional na função pública do referido trabalhador só pode ser contada a partir de Outubro de 2011, e assim sendo, não estava preenchido o requisito legalmente pre-

經驗只能從2011年10月開始計算，不符合擔任主管至少有五年工作經驗的法定條件。

第15/2009號法律訂定了公共部門領導及主管人員通則的基本規定，當中第4條規定領導主管人員的聘任“應以合法性、透明度和客觀性為準則”，而文化局在兩名主管的聘任程序中，違反了“合法性原則”。因此，公署向文化局發出勸喻，促請該局採取適當措施處理兩名主管的任命不符合法律規定的問題。文化局接納公署勸喻，按照第26/2009號行政法規的規定請求上級批准有關主管的委任事宜。

個案四

公署在2015年發現，旅遊局自2013起以編制外合同聘用一名按照公積金制度已退休的前主管擔任技術員（薪俸點600點），由於這名前主管不具備高等課程學位或學士學位，有關聘用不符合公職法律規定的學歷要求，因此公署發出勸喻，要求局方作出處理。旅遊局致函公署，表示已與這名前主管解除編制外合同。

然而，之後公署發現，這名前主管2015年10月31日解除編制外合同後並未離開旅遊局，而是自2015年11月1日起以取得勞務的方式繼續在旅遊局工作，每月收取澳門幣65,000元的報酬。旅遊局與這名前主管簽署的取得勞務合同期限為兩個月，並以相同的期限續期。

在規範公共部門以個人勞動合同方式聘請人員的第12/2015號法律生效之後，旅遊局於2016年1月28日向社會文化司司長建議，以個人勞動合同聘用這名前主管擔任顧問職務，每月薪俸相當於公務人員薪俸索引表660點。該建議書於2016年2月11日得到社會文化司司長的批准。

公署調查發現，該名前主管無論是以取得勞務方式還是以個人勞動合同方式在旅遊局的工作，內容和性質與之前的工作並無顯著分別，顯示旅遊局在收到公署有關編制外合同聘用違法的勸喻後，仍然想方設法繞過法定聘用人員的程序，規避有關

visto para o desempenho do cargo de chefia, segundo o qual, o nomeado deve ter pelo menos 5 anos de experiência profissional.

A Lei n.º 15/2009 que estabelece as disposições fundamentais do estatuto do pessoal de direcção e chefia dos serviços da Administração Pública, determina no seu artigo 4.º que o recrutamento do pessoal de direcção e chefia deve ser feito com base em critérios de legalidade, transparência e objectividade. No processo de nomeação dos referidos dois cargos de chefia, o IC violou o princípio da legalidade. Nestes termos, o CCAC dirigiu uma recomendação ao IC, para que fossem adoptadas medidas adequadas à resolução do problema de que a nomeação daqueles dois cargos de chefia não está em conformidade com a lei. Aceitando tal recomendação, o IC solicitou, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, ao órgão superior a autorização para as nomeações em questão.

Caso 4

Em 2015, o CCAC verificou que um ex-titular de cargo de chefia já aposentado de acordo com o regime de previdência foi, desde 2013, contratado pela Direcção dos Serviços de Turismo (DST) para exercer funções de técnico (índice de vencimento 600) em regime de contrato além do quadro. Uma vez que o contratado não possui um curso superior ou licenciatura, a sua contratação não respeitou a exigência relativa às habilitações académicas prevista na lei da função pública. Por isso, o CCAC emitiu uma recomendação à DST solicitando-lhe a resolução do problema. Posteriormente, a DST endereçou um ofício ao CCAC, afirmando ter rescindido o referido contrato com aquele ex-titular de cargo de chefia.

No entanto, o CCAC descobriu, posteriormente, que, após ter rescindido o contrato além do quadro em 31 de Outubro de 2015, o ex-titular de cargo de chefia não abandonou a DST, ali continuando a trabalhar em regime de aquisição de serviços desde 1 de Novembro de 2015, auferindo a retribuição mensal de 65.000 patacas. O contrato de aquisição de serviços celebrado entre ambas as partes tem um prazo de dois meses e renovável por períodos iguais.

Após a entrada em vigor da Lei n.º 12/2015, diploma regulador do recrutamento de trabalhadores dos serviços públicos em regime de contrato individual de trabalho, a DST, em 28 de Janeiro de 2016, propôs ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura que fosse contratado o mesmo ex-titular de cargo de chefia para exercer funções de consultor em regime de contrato individual de trabalho, vencendo mensalmente pelo índice 660 da tabela de vencimentos da função pública. A proposta para a respectiva contratação foi deferida pelo Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura em 11 de Fevereiro de 2016.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC, as funções exercidas pelo referido ex-titular de cargo de chefia quer em regime de aquisição de serviços quer em regime de contrato individual de trabalho, não foram substancialmente diferentes das funções por ele exercidas anteriormente quanto ao conteúdo e à natureza de trabalho, o que demonstrou que a DST, após a recomendação do CCAC sobre a ilegalidade no recrutamento mediante o contrato além do quadro, procurou recorrer a diversas formas para contornar o processo legal de recrutamento de trabalhadores e a exigência do requisito relativo às habilitações

法例要求的學歷條件，繼續以相同甚至更優厚的薪酬條件聘請有關人員。

據公署調查，雖然旅遊局以該名前主管同時具備工程和旅遊管理領域專業知識和經驗而建議聘用，但其從未受過與工程相關的高等教育或專業培訓，無法獨立解決工程方面的專業問題。其日常負責的工作主要包括陪同領導出席會議，覆閱和校對會議記錄，聯絡局內的附屬單位，代表局方參加會議，向領導匯報會議情況和提供意見等。

根據第12/2015號法律的規定，只有在專業人員短缺或擬聘用人員具特別才能的情況下，方能以個人勞動合同聘用人員擔任顧問或專業技術職務。公署認為，這名前主管並不符合“具特別才能”的情況，其所負責的工作與一般技術員或高級技術員的職務沒有明顯區別，不屬於“顧問或專業技術職務”。因此，有關聘用不符合第12/2015號法律所規定的條件。

基於以上所述，公署再次向旅遊局發出勸喻，要求局方對上述違法聘用的問題作出處理。旅遊局覆函表示認同公署的觀點，並依照法律的規定，於2016年10月1日起，以行政任用合同聘請該名前主管擔任技術輔導員的職務（薪俸點480點）。

個案五

公署收到舉報，指某社團於2015年連續獲澳門大學直接判給數項技術支援服務，質疑澳門大學無依法進行採購程序。

據公署調查，澳門大學的工程研究及檢測中心曾經連續四次將承接的公共工程的質量保證和檢驗服務直接判給某社團負責，且每次均將合同期間訂為三個月。但資料顯示，澳門大學在外判有關服務時，已預見到有關的公共工程將需數年才能完成，實際執行期肯定會超過六個月。

公署調查發現，若澳門大學將外判服務的合同期限訂為一年或更長的時間，合同價金會超過澳門幣75萬元，依法須開展公

académicas legalmente previsto, continuando a contratar aquele ex-titular de cargo de chefia com as mesmas, e até melhores condições de remuneração.

De acordo com a investigação do CCAC, embora a DST alegando como motivo para a contratação que aquele ex-titular de cargo de chefia possui conhecimentos profissionais e experiência no âmbito das obras e da gestão turística, ele nunca recebeu qualquer formação ao nível do ensino superior ou profissional na área das obras nem conseguiu nunca, por si só, solucionar os problemas das obras, tendo sim, como principais funções diárias, o acompanhamento do pessoal de direcção em diversas reuniões, a revisão de actas de reuniões, o estabelecer contacto com as subunidades orgânicas, representar a DST em conferências e reuniões, dar ao pessoal de direcção conhecimento das reuniões em que participou e dirigir-lhes pareceres, entre outros.

Nos termos da Lei n.º 12/2015, a contratação de trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas, só é admitida em situações de escassez de profissionais ou por virtude da especial qualificação profissional do trabalhador a contratar. Na opinião do CCAC, o ex-titular de cargo de chefia não preenche as características referentes à «especial qualificação profissional». As funções a cargo daquele ex-titular de cargo de chefia não são substancialmente diferentes das funções das carreiras gerais de técnico ou de técnico superior, não entram na esfera das funções de consultores ou técnicos especializados. Por isso, quanto à contratação em questão, não se cumpriu o requisito previsto na Lei n.º 12/2015.

Pelo exposto, o CCAC voltou a emitir uma recomendação à DST solicitando-lhe a resolução do problema daquela contratação ilegal. No seu ofício-resposta, a DST afirmou concordar com a posição do CCAC e, desde 1 de Outubro de 2016 contratou o ex-titular de cargo de chefia para exercer as funções de adjunto-técnico em regime de contrato administrativo de provimento (índice 480).

Caso 5

Segundo uma denúncia recebida pelo CCAC, a prestação de serviços de suporte técnico foi sendo directa e sucessivamente adjudicada pela Universidade de Macau (UM) a uma associação durante o ano de 2015, suspeitando-se assim que o respectivo processo de aquisição de bens e serviços teria sido realizado de forma ilegal.

De acordo com a investigação do CCAC, o Centro de Investigação e Ensaaios em Engenharia da UM concedeu directamente à referida associação a adjudicação da prestação dos serviços de garantia de qualidade e inspecção das obras públicas por 4 vezes e de forma sucessiva, sendo o prazo dos contratos de adjudicação fixado sempre em 3 meses. Conforme as informações obtidas, ao iniciar a adjudicação dos referidos serviços, a UM já previa que a conclusão daquelas obras públicas levaria vários anos e, o prazo de execução efectiva seria certamente superior a 6 meses.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC, se a UM fixasse o prazo do contrato de adjudicação em um ano ou mais, o valor do contrato seria superior a 750.000 patacas e deveria, nesta situação, a aquisição de serviços ser sujeita ao processo de

開招標程序及簽訂書面判給合同。由於澳門大學並無訂立短期合同的充足理據，所以有將採購服務“斬件”以規避公開招標及簽訂書面合同之嫌。

此外，澳門大學以已簽訂技術合作協議、判給項目的工作量大且本身缺乏相關人員為由，未向至少三個實體詢價，而是將有關服務直接判給該社團。公署認為，在相關採購項目中，澳門大學在未具備充分理據的情況下直接判給，違反了法律的規定。

澳門大學對公署的意見表示認同，承諾日後將遵循有關採購法例的規定展開採購程序，亦將會加強人員對有關法規的認識，同時計劃為技術人員提供更多的專業及技術培訓，以減少技術支援的服務外判。

個案六

2016年，公署收到多宗有關公務人員違規從事私人業務的投訴，並依法進行了跟進調查。

公署於2015年11月收到舉報，經調查發現保安部隊事務局一名技術輔導員持有中醫生執業准照，曾於2009年向時任保安司司長申請兼任某診所持牌人，並獲批准兼任一年。在批准兼任一年的期限屆滿後，該名技術輔導員並未向部門提出兼任申請的續期，而繼續經營有關診所。

公署於2016年2月收到舉報，經調查發現一名教育暨青年局的教師，在未向局方申請兼職的情況下，於2015年及2016年兩次為某體育總會的比賽擔任裁判並收取報酬。

公署於2016年7月接獲舉報，經調查發現一名土地工務運輸局的司機，在未向局方申請兼職的情況下，利用工餘時間為某旅遊公司駕駛接載賭場員工的巴士並收取報酬。

按照《澳門公共行政工作人員通則》的規定，擔任公共職務

concurso público e à celebração de um contrato escrito de adjudicação nos termos da lei. Como não existe fundamentação suficiente para a celebração de um contrato de curto prazo, esse facto faz suspeitar que a UM tenha repartido o prazo de prestação dos serviços adjudicados com vista a contornar as regras de realização de concurso público e de celebração de contrato escrito.

Além disso, a UM explicou que já tinha celebrado um acordo de cooperação técnica, e que o projecto a adjudicar implicou um grande volume de trabalho, não existindo na UM pessoal desta área profissional, pelo que não procedeu à consulta a, pelo menos, três entidades e concedeu directamente a adjudicação de serviços à referida associação. O CCAC considera que no processo de aquisição em apreço, a adjudicação directa não foi devidamente fundamentada pela UM, violando a legislação sobre esta matéria.

Aceitando a opinião do CCAC, a UM comprometeu-se a que no futuro os processos de aquisição de bens e serviços irão ser realizados nos termos da lei, tomando medidas para que o seu pessoal tenha um melhor conhecimento da legislação sobre esta matéria. Além disso, passarão a ser programadas mais acções de formação profissional e técnica destinadas ao seu pessoal técnico, com vista a diminuir a necessidade de adjudicação de serviços de apoio técnico.

Caso 6

Em 2016, após ter recebido várias queixas sobre situações irregulares no exercício de actividades privadas por parte de trabalhadores dos serviços públicos, o CCAC procedeu, nos termos legais, à investigação dos casos.

Na investigação de uma denúncia recebida em Novembro de 2015, o CCAC descobriu que um adjunto-técnico da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, detentor da licença de médico de medicina tradicional chinesa, requereu em 2009 ao então Secretário para a Segurança, autorização para assumir, em regime de acumulação de funções, a propriedade de uma clínica, sendo que esta acumulação foi autorizada pelo prazo de um ano. No termo deste prazo, o trabalhador não apresentou o pedido de renovação desta permissão de acumulação, continuando a explorar a referida clínica.

Na investigação de uma denúncia recebida em Fevereiro de 2016, o CCAC descobriu que um docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, sem ter requerido previamente autorização para acumulação de funções, desempenhou as funções de árbitro em dois campeonatos organizados respectivamente em 2015 e 2016 por uma associação desportiva, e pelas quais recebeu retribuição.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC sobre uma denúncia recebida em Julho de 2016, um motorista da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte, sem ter requerido previamente autorização para acumulação de funções, aproveitou o tempo pós-laboral para prestar serviços a uma empresa de transportes de passageiros, conduzindo um autocarro destinado aos transportes de trabalhadores de casino, e por isso recebeu a respectiva retribuição.

Nos termos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, o exercício de funções públicas obedece

須遵守專職性原則，僅在例外情況下且獲得許可後，方可從事私人業務。倘公務人員未經許可從事私人業務，即構成違紀行為。

經公署調查，證實上述人員在未獲所屬部門批准的情況下從事私人業務，有關行為涉嫌構成違紀，故公署將該等個案通報相關部門跟進。其後，相關部門通知公署，已對涉案人員依法提起紀律程序。

個案七

公署收到舉報，指某人在投考海事及水務局技術員時，提交內地私立大學頒發的未獲國家教育部承認的本科畢業證書，不符合招聘通告上高等學歷課程的要求，質疑局方有違法聘用之嫌。

被投訴人在2013年投考海事及水務局海事登記範疇的技術員，並以第二名成績考獲有關職位。根據運輸工務司司長於2014年7月24日作出的批示，以編制外合同的形式聘請被投訴人擔任第一職階二等技術員，薪俸點為350點。

經公署調查，被投訴人在參加海事及水務局的開考時，曾遞交一份內地某私立大學於2011年頒發的本科畢業證書，但是該私立大學自2014年起方獲教育部批准實施本科學歷教育及頒授本科學歷。對於被投訴人持有的本科畢業證書的效力問題，高等教育輔助辦公室在回覆公署的查詢時表示，任何機構（包括高等院校）所作出的不屬或超越其權限之行為在法律上屬無效行為。

公署認為，根據《澳門公共行政工作人員通則》的規定，學歷資格是擔任公職的一般要件，投考人須在開考通告規定的報考期限屆滿前具備該要件，並透過適當、有效、合法的文件加以證明，否則有關任用屬無效。海事及水務局最終接納了公署的意見，認定被投訴人遞交的本科畢業證書不符合開考及擔任技術員的要求，有關的任用因無效而被終止。

ao princípio da exclusividade, sendo o exercício de actividades privadas só permitido excepcionalmente e após ter sido obtida a necessária autorização. O exercício de actividades privadas sem autorização constitui uma infracção disciplinar.

Na sequência da investigação do CCAC, constata-se que, nos casos acima referenciados, os trabalhadores exerceram actividades privadas sem terem obtido previamente a necessária autorização, o que configura uma infracção disciplinar, pelo que o CCAC informou os serviços a que pertencem esses trabalhadores sobre essas situações. Posteriormente, aqueles serviços comunicaram ao CCAC que já tinham sido instaurados os respectivos processos disciplinares nos termos legais.

Caso 7

Numa queixa recebida pelo CCAC, referia-se que um indivíduo, ao candidatar-se ao concurso de técnico aberto pela Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA), entregou um diploma de licenciatura emitido por uma universidade privada do Interior da China, mas não reconhecido pelo Ministério da Educação da China. Assim não teria cumprido o requisito referente às habilitações académicas, em que era exigido no aviso de recrutamento ter um curso superior, pelo que se suspeitou de um recrutamento ilegal por parte da DSAMA.

Em 2013, o visado na queixa candidatou-se ao concurso de técnico (área de registo na inscrição marítima) aberto pela DSAMA e conseguiu ser provido no referido lugar por ter ficado classificado em segundo lugar no concurso. De acordo com o despacho datado de 24 de Julho de 2014 do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, foi contratado o visado da queixa para exercer, em regime de contrato além do quadro, as funções de técnico de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 350.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC, ao candidatar-se ao referido concurso, o visado na queixa entregou à DSAMA um diploma de licenciatura emitido em 2011 por uma universidade privada do Interior da China, mas esta universidade só a partir de 2014 é que foi autorizada, pelo Ministério da Educação da China, a promover o ensino superior conferindo o grau de licenciatura e concedendo os respectivos diplomas. Sobre a questão dos efeitos do diploma de licenciatura em apreço, o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior respondeu ao CCAC que quaisquer organismos (incluindo as instituições de ensino superior), quando pratiquem actos estranhos às suas atribuições ou que excedam os poderes que lhe estão conferidos, tais actos são juridicamente nulos.

No entender do CCAC, nos termos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração e Função Pública, a habilitação académica é um dos requisitos gerais exigidos para o exercício de funções públicas e deve verificar-se mediante documento comprovativo adequado, válido e legal, até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas fixado no aviso de abertura do concurso, sendo nulo o provimento efectuado com inobservância destes requisitos. Aceitando as opiniões do CCAC, a DSAMA determinou que o diploma de licenciatura em apreço não corresponde aos requisitos previstos no aviso de abertura de concurso para o exercício das funções de técnico, sendo extinto o respectivo provimento por ser nulo.

個案八

公署收到舉報，指地球物理暨氣象局（下稱“氣象局”）局長透過一份內部批示，將運輸工務司司長授予的權限轉授予副局長，但批示未在《澳門特別行政區公報》（下稱《公報》）公佈，懷疑該轉授權行為未獲上級確認，有行政違法之嫌。

公署經初查發現，2009年運輸工務司司長曾透過第64/2009號批示，將氣象局內部管理的權限授予氣象局局長，而該局局長於2014年11月28日簽署第13/2014號內部批示，將部分權限轉授予該局副局長，但是轉授權的批示並未依法得到上級確認及在《公報》上公佈。

該內部批示明確指出是行使第64/2009號運輸工務司司長批示所賦予的權力，批示第2點寫明“轉授予本局副局長XXX作出下列行為的權限”，其中包括“根據現行法例，批准假期”以及“批准以超時或輪班制度法律訂定之限度提供服務”；批示第3點還規定“透過本人之確認，副局長認為有利於良好運作時，可將有關權限轉授主管人員”。

氣象局局長在2016年4月28日透過公函回覆公署就上述投訴的查詢時，承認曾於2014年簽署有關內部批示，但認為該批示旨在釐清氣象局組織法所訂的副局長的權限，否認曾經對副局長作出轉授權，而且表示副局長所領導的附屬單位人員的年假申請和超時工作均由局長批准。

公署對氣象局長的上述講法感到詫異，因為無論是內容還是形式，該內部批示皆為典型的轉授權批示，普通人從字裡行間也能得出局長透過該批示將權限轉授予副局長的結論。公署繼續深入調查發現，氣象局長還曾於2000年和2012年作出過類似的轉授權批示，同樣未依法得到上級確認及在《公報》上公佈。

其中，在2000年2月23日簽署的第02/2000號批示寫明“為著保持領導層之良好運作及考慮到不改變現有之架構，經與本局各主管人員會議後，需要轉授部分權限”，“本人轉授權限予

Caso 8

Numa participação recebida pelo CCAC, foi indicado que o director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG), mediante um despacho interno, subdelegou num subdirector do SMG a competência que lhe tinha sido delegada pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, mas o referido despacho interno não foi publicado no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau (BO). Assim, levantou-se a suspeita de que aquele acto de subdelegação não tivesse sido homologado superiormente, configurando tal uma ilegalidade administrativa.

Segundo o que foi apurado inicialmente pelo CCAC, em 2009 o Secretário para os Transportes e Obras Públicas delegou no director do SMG, mediante o seu Despacho n.º 64/2009, a competência para a gestão interna do SMG. Por seu turno, o director do SMG assinou em 28 de Novembro de 2014 o Despacho Interno n.º 13/2014, para subdelegar no subdirector uma parte da competência que lhe tinha sido delegada, mas tal despacho de subdelegação de competências não foi homologado superiormente e publicado no BO nos termos da lei.

O referido despacho interno indica expressamente o exercício dos poderes conferidos pelo Despacho do Secretário para os Transportes e Obras Públicas n.º 64/2009, especificando no seu n.º 2 que é subdelegada no subdirector da SMG, X, a competência para a prática nomeadamente dos seguintes actos: «Conceder férias nos termos da legislação em vigor», e «Autorizar a prestação de serviço por turnos ou em regime de horas extraordinárias até ao limite previsto na lei». Este despacho interno prevê no seu n.º 3 que «Por minha homologação, o subdirector pode subdelegar no pessoal de chefia as competências que forem julgadas adequadas ao bom funcionamento».

Em resposta à consulta do CCAC, o director do SMG admitiu, no ofício datado de 28 de Abril de 2016, ter assinado em 2014 o referido despacho interno, considerando porém que o mesmo visa apenas esclarecer as competências do subdirector previstas na lei orgânica do SMG, e negando ter subdelegado competências no subdirector, além disso, a prestação de horas extraordinárias e o gozo de férias do pessoal das subunidades lideradas por esse subdirector são autorizados pelo director.

O CCAC ficou surpreendido com o que foi afirmado pelo director do SMG, na medida em que quer quanto ao conteúdo, quer quanto à forma, o referido despacho interno é um despacho típico de subdelegação de competências e, a partir do conteúdo do texto, as pessoas comuns conseguem chegar à conclusão de que o director do SMG delegou competências no seu subdirector, mediante o referido despacho. O CCAC aprofundou a investigação, verificando que o director do SMG emitiu respectivamente em 2000 e 2012 dois despachos de subdelegação de competências semelhantes que também não foram homologados superiormente nem publicados no BO nos termos da lei.

No despacho n.º 02/2000 datado de 23 de Fevereiro de 2000 indica-se expressamente que «Para se manter o bom funcionamento da direcção, sem alteração da actual estruturação e na sequência da reunião com o pessoal de chefia destes Serviços, torna-se necessária a subdelegação de algumas competências», «Para efeitos de dirigir a Divisão de Meteorologia, o Centro Meteorológico para a Aeronáutica, a Divisão de Instrumentos

XXX副局長，領導氣象處、航空氣象中心、儀器暨維修處及氣象監察中心以便從事下列工作：准許年假、准許超時服務、簽署文書”。

此外，雖然氣象局長表示副局長所領導的附屬單位人員的年假申請和超時工作均由局長批准，但是公署經索取相關文件證實，氣象局副局長所領導的附屬單位工作人員的超時工作申請，基本由副局長批准；至於年假申請方面，有時由局長批准，有時由副局長批准。

由於氣象局長的轉授權批示既無運輸工務司司長確認，又無按規定在《公報》刊登，所以發出批示的行為本身已構成行政違法，而副局長依據有關批示所作出的決定亦屬違法。氣象局長在2016年12月2日致函公署，表示同意公署的意見，已追認副局長作出的行為，且將會修改有關的內部批示。

公署認為，公共部門面對監察機關的調查或公眾、傳媒的質疑，應該抱著實事求是的態度，該解釋的解釋、該澄清的澄清，但是當事實清晰、證據確鑿時，若繼續堅持己見、拒不認錯，甚至託辭狡辯，不僅無法及時糾正錯誤，而且會耗費行政資源。例如，在此次調查中，氣象局是否存在轉授權的情況從一開始就顯而易見，但是礙於局方否認有關事實，令到公署前後索取了超過八百頁的文件和花費了近八個月的時間方完成調查。

四、統計

公署於2016年共收到658宗行政申訴個案，具體情況統計如下：

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 紀律問題	56	186
▷ 內部管理	56	
▷ 人員權益	45	
▷ 人員聘用	29	
市政		
▷ 環境衛生	16	40
▷ 佔用公地	7	
▷ 小販	6	
▷ 行政准照	4	
▷ 其他	7	

e Manutenção e o Centro de Vigilância Meteorológica, venho subdelegar no subdirector X, a competência para a prática dos seguintes actos: autorizar pedidos de férias e de prestação de horas extraordinárias e assinar o expediente.»

Além disso, apesar do director do SMG ter afirmado ser ele próprio quem autoriza o gozo de férias e a prestação de horas extraordinárias do pessoal das subunidades lideradas pelo subdirector, o CCAC constatou, através dos documentos consultados, que foi geralmente o subdirector quem autorizou a prestação de horas extraordinárias do pessoal das subunidades por ele lideradas, e que o gozo de férias foi autorizado pelo director ou pelo subdirector.

Considerando que o referido despacho de subdelegação de competências não foi homologado pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, nem foi publicado no BO nos termos legais, o acto da sua emissão configura uma ilegalidade administrativa, sendo que as decisões tomadas ao abrigo do mesmo despacho são também ilegais. No seu ofício dirigido ao CCAC em 2 de Dezembro de 2016, o director do SMG manifestou concordância com as opiniões do CCAC, e ratificou os actos praticados pelo subdirector e iria também proceder à alteração do despacho interno em questão.

O CCAC considera que, relativamente à investigação dos órgãos de fiscalização ou às dúvidas colocadas pelo público e órgãos de comunicação social, os serviços devem actuar com pragmatismo, explicando o que deve ser explicado e esclarecendo o que deve ser esclarecido. No entanto, perante a existência de factos claros e provados, se os serviços públicos insistem na sua posição, se se recusam a admitir erros, procurando até desculpá-los, não só não podem corrigir os erros a tempo, mas também provocam um desperdício de recursos administrativos. A título de exemplo, embora desde logo na investigação do presente caso seja óbvio existir uma situação de subdelegação de competências, o SMG negou o facto, o que levou o CCAC a solicitar e consultar mais de 800 páginas de informações documentais e a demorar cerca de 8 meses para a conclusão da investigação.

IV. Estatística

Em 2016, os casos da área da provedoria de justiça recebidos pelo CCAC totalizaram os 658. Apresentam-se de seguida os dados estatísticos:

Assunto	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Problemas de natureza disciplinar	56	186
▷ Gestão interna	56	
▷ Direitos dos trabalhadores	45	
▷ Recrutamento de pessoal	29	
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	16	40
▷ Ocupação de espaço público	7	
▷ Vendilhões	6	
▷ Licenças administrativas	4	
▷ Outros	7	

涉及的事宜	數目	
土地工務		
▷ 違法工程	20	33
▷ 土地批給	9	
▷ 其他	4	
交通事務		
▷ 車輛 / 駕照	20	42
▷ 交通規劃	11	
▷ 公共運輸	11	
勞工事務		
▷ 勞資糾紛	15	23
▷ 外僱	6	
▷ 非法工作	2	
公務採購		20
氣象檢測		80
紀律部隊的管理及執法		37
經屋 / 社屋		27
大廈管理		19
政府資助		16
醫療衛生		13
環境保護		9
個人私隱		8
教育		7
社會援助 / 保障		7
公共事業監管		5
樓宇滲漏		5
金融監管		5
博彩監管		4
資訊提供		4
身份證明		3
郵政服務		3
稅務		3
體育		3
非法旅館		2
其他程序失當		24
非公署權限		
▷ 刑事範疇	9	30
▷ 司法範疇	8	
▷ 私法問題 / 私人糾紛	13	
總數		658

Assunto	N.º de casos	
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	20	33
▷ Concessão de terrenos	9	
▷ Outros	4	
Assuntos de tráfego		
▷ Veículos/Cartas de condução	20	42
▷ Planeamento de tráfego	11	
▷ Transportes públicos	11	
Assuntos laborais		
▷ Conflitos laborais	15	23
▷ Trabalhador não residente	6	
▷ Trabalho ilegal	2	
Aquisição de bens e serviços		20
Análise meteorológica		80
Gestão dos corpos disciplinares e execução da lei pelos mesmos		37
Habitação económica/social		27
Administração predial		19
Subsídios do Governo		16
Cuidados de saúde		13
Protecção Ambiental		9
Privacidade pessoal		8
Educação		7
Assistência/segurança social		7
Fiscalização de serviços públicos		5
Infiltração de águas em edifícios		5
Supervisão financeira		5
Supervisão do sector do jogo		4
Prestação de informações		4
Documentos de identificação		3
Serviço postal		3
Assuntos fiscais		3
Desportos		3
Pensão ilegal		2
Outros procedimentos irregulares		24
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	9	30
▷ Matéria judicial	8	
▷ Questões de direito privado/ Conflitos particulares	13	
Total		658

公署於2016年共收到649宗求助諮詢個案，具體情況統計如下：

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 人員權益	48	130
▷ 紀律問題	39	
▷ 內部管理	23	
▷ 人員聘用	11	
▷ 公職義務	9	
廉潔操守指引		18
紀律部隊的管理及執法		64
市政		
▷ 環境衛生	31	51
▷ 佔用公地	4	
▷ 行政准照	4	
▷ 小販	3	
▷ 公共設施	2	
▷ 其他	7	
勞工事務		
▷ 勞資糾紛	22	29
▷ 外僱	7	
公務採購		18
土地工務		
▷ 違法工程	13	24
▷ 土地批給	5	
▷ 公共工程	2	
▷ 其他	4	
交通事務		
▷ 公交 / 車位	15	37
▷ 車輛 / 駕照	13	
▷ 交通規劃	9	
經屋 / 社屋		27
醫療衛生		20
教育		12
政府資助		12
大廈管理		11
稅務		7
社會援助 / 保障		6
公共事業監管		5
身份證明		5
環境保護		5
防火安全		5
房地產准照		5

Em 2016, os pedidos de consulta recebidos pelo CCAC totalizaram os 649. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

Assunto	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Direitos dos trabalhadores	48	130
▷ Problemas de natureza disciplinar	39	
▷ Gestão interna	23	
▷ Recrutamento de pessoal	11	
▷ Deveres da função pública	9	
Código de integridade		18
Gestão dos corpos disciplinares e execução da lei pelos mesmos		64
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	31	51
▷ Ocupação de espaços públicos	4	
▷ Licenças administrativas	4	
▷ Vendilhões	3	
▷ Instalações públicas	2	
▷ Outros	7	
Assuntos laborais		
▷ Conflitos laborais	22	29
▷ Trabalhador não residente	7	
Aquisição de bens e serviços		18
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	13	24
▷ Concessão de terrenos	5	
▷ Obras públicas	2	
▷ Outros	4	
Assuntos de tráfego		
▷ Transportes públicos/Lugares de estacionamento	15	37
▷ Veículos/Cartas de condução	13	
▷ Planeamento de tráfego	9	
Habitação económica/social		27
Cuidados de saúde		20
Educação		12
Subsídios do Governo		12
Administração predial		11
Assuntos fiscais		7
Assistência/segurança social		6
Fiscalização de serviços públicos		5
Documentos de identificação		5
Protecção Ambiental		5
Segurança contra incêndios		5
Licença de actividades imobiliárias		5

涉及的事宜	數目	
金融監管		4
個人私隱		4
博彩監管		2
樓宇滲漏		2
消費權益		2
氣象檢測		2
居留權		2
體育		2
公署權限及職能 / 法例諮詢		26
其他程序失當		19
非公署權限		
▷ 刑事範疇	35	93
▷ 司法範疇	25	
▷ 私法問題 / 私人糾紛	33	
總數		649

Assunto	N.º de casos	
Supervisão financeira		4
Privacidade pessoal		4
Supervisão do sector do jogo		2
Infiltração de águas em edifícios		2
Direitos do consumidor		2
Análise meteorológica		2
Direito à residência		2
Desportos		2
Competências e funções do CCAC/ Legislação		26
Outros procedimentos irregulares		19
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	35	93
▷ Matéria judicial	25	
▷ Questões de direito privado/ Conflitos particulares	33	
Total		649

第四部分 宣傳教育

為貫徹打擊與預防“雙管齊下”的方針，公署以多元化的廉潔宣傳教育作為工作重點，透過舉辦專題講座、編製教材、製作廣告、開展校園活動和比賽，拓展社區關係，發揮廉潔義工隊伍的作用，呼籲和鼓勵全民參與廉政建設。

一、倡廉教育工作

2016年，公署繼續為公務人員、社團成員、商業機構、青少年及中小學生等舉行各類講座及座談會共401場，參加者達20,213人次。

SECÇÃO IV

ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Na prossecução de uma estratégia simultânea de combate e prevenção da corrupção, o CCAC atribuiu prioridade às acções diversificadas de sensibilização para a integridade, apelando e incentivando sempre à participação da população em geral para a construção de uma sociedade íntegra através da organização de palestras, criação de material didáctico, divulgação de publicidade, realização de actividades e competições escolares, alargamento da rede de relações comunitárias, e valorização das funções desempenhadas pelo Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa.

I. Sensibilização para a integridade

Em 2016, o CCAC continuou a organizar várias palestras e colóquios dirigidos aos trabalhadores da função pública, a membros de associações, a sociedades comerciais, a jovens e a estudantes do ensino primário e secundário, tendo sido realizadas 401 sessões com a participação de 20.213 pessoas.

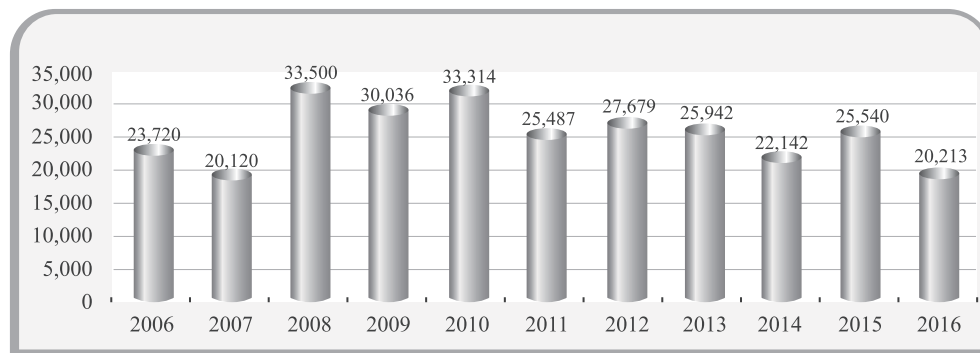
2016年各類講座及座談會統計總表

主題	對象	場數	人數
廉潔操守、公務採購、財產申報	公務人員	113	6,302
《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會	私人機構、公共部門、教育機構	68	3,509
廉潔意識	社團、教育機構、政府部門	13	438
誠信教育	青少年及大專學生	207	9,964
總計		401	20,213

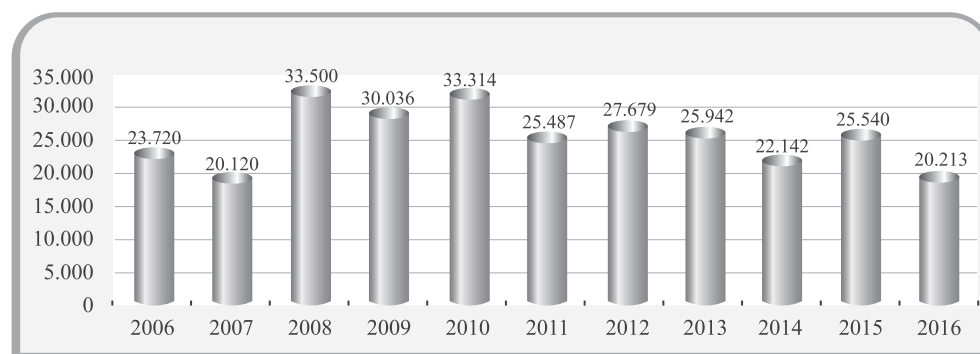
Estatística dos colóquios e palestras realizados em 2016

Tema	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Conduta íntegra/Aquisição de bens e serviços/ Declaração de bens patrimoniais e interesses	Funcionários públicos	113	6.302
Colóquio sobre Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado	Entidades privadas, serviços públicos e estabelecimentos de ensino	68	3.509
Consciência da integridade	Associações, estabelecimentos de ensino e serviços públicos	13	438
Educação para a honestidade	Jovens e estudantes do ensino superior	207	9.964
Total		401	20.213

2006至2016年參加講座人數比較表



Evolução do número de participantes em palestras entre 2006 e 2016



(一) 公務人員倡廉教育

培育一支廉潔勤政的公務員隊伍是廉政建設的基礎工程。2016年，公署繼續有系統地為不同公共部門人員舉辦關於廉潔操守、公務採購、財產申報等的專題講座共113場，共6,302人次出席。

(1) Sensibilização para funcionários públicos

A construção de uma sociedade íntegra tem como base a formação de uma equipa de funcionários públicos íntegra e dedicada ao exercício das suas funções. Em 2016, o CCAC continuou a organizar, de forma sistemática, palestras dirigidas aos trabalhadores dos vários serviços públicos, tendo sido realizadas 113 sessões com a participação de 6.302 pessoas. Os temas das palestras incluíram, nomeadamente, a conduta íntegra, a aquisição de bens e serviços e a declaração de bens patrimoniais e interesses.

2016年公務人員講座統計表

主題	部門	對象	場數	人數
持廉守正	文化局	人員	2	200
	司法警察局	首席刑事偵查員及人員	4	161
	生產力暨科技轉移中心	人員	3	112
	治安警察局警察學校	警長及警員	7	640
	社會保障基金	人員	1	25
	金融情報辦公室	人員	1	20
	海事及水務局	新入職及前線人員	1	80
	澳門海關	副關務督察	1	35
	統計暨普查局	人員	2	160
	博彩監察協調局	前線督察及駐娛樂場所視像監控人員	3	195
	經濟局	人員	2	90
	衛生局	人員	2	400
	環境保護局	人員	3	80
	懲教管理局	主管人員及新入職人員	5	150
晉級培訓	民政總署	人員	4	140
	行政公職局	人員	19	665
	澳門保安部隊高等學校	晉升警長/消防區長/ 首席警員/首席消防員	3	200
廉潔奉公	土地工務運輸局	新入職人員	1	69
	司法警察局	新入職人員	1	82
	民政總署	新入職人員	5	240
	交通事務局	新入職人員	2	130
	行政公職局	新入職人員	18	720
	教育暨青年局	新入職人員	1	100
	郵政局	新入職人員	1	20
財產申報	澳門保安部隊高等學校	保安學員	3	506

主題	部門	對象	場數	人數
公務採購	土地工務運輸局	人員	1	50
	文化局	採購人員	2	200
	交通事務局	人員	2	150
	身份證明局	人員	2	50
	社會工作局	採購人員	1	60
	金融管理局	人員	1	60
	保安部隊事務局	主管及人員	2	120
	建設發展辦公室	工程及採購人員	1	70
	消防局	採購人員	1	80
	消費者委員會	人員	1	20
	財政局	人員	1	90
	統計暨普查局	採購人員	1	40
	勞工事務局	人員	2	92
合計			113	6,302

Estatística das palestras destinadas a funcionários públicos em 2016

Tema	Serviços	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Carácter nobre, conduta íntegra	Instituto Cultural	Trabalhadores	2	200
	Polícia Judiciária	Investigadores criminais principais e outros trabalhadores	4	161
	Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau	Trabalhadores	3	112
	Escola de Polícia do Corpo de Polícia de Segurança Pública	Chefes e guardas	7	640
	Fundo de Segurança Social	Trabalhadores	1	25
	Gabinete de Informação Financeira	Trabalhadores	1	20
	Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	Trabalhadores em início de funções e pessoal da linha de frente	1	80
	Serviços de Alfândega	Subinspectores alfandegários	1	35
	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	Trabalhadores	2	160
	Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	Inspectores da linha de frente e pessoal de monitorização nos casinos (<i>surveillance</i>)	3	195
	Direcção dos Serviços de Economia	Trabalhadores	2	90
Serviços de Saúde	Trabalhadores	2	400	

Tema	Serviços	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
	Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	Trabalhadores	3	80
	Direcção dos Serviços Correccionais	Pessoal de chefia e trabalhadores em início de funções	5	150
Formação para efeito de acesso	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores	4	140
	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	Trabalhadores	19	665
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Formandos do curso de formação para acesso a chefe ou a guarda principal do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau e para acesso a chefe ou a bombeiro principal do Corpo de Bombeiros	3	200
Integridade e dedicação ao público	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	Trabalhadores em início de funções	1	69
	Polícia Judiciária	Trabalhadores em início de funções	1	82
	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores em início de funções	5	240
	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	Trabalhadores em início de funções	2	130
	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	Trabalhadores em início de funções	18	720
	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	Trabalhadores em início de funções	1	100
	Direcção dos Serviços de Correios	Trabalhadores em início de funções	1	20
Declaração de bens patrimoniais e interesses	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Instruendos das Forças de Segurança de Macau	3	506
Aquisição de bens e serviços	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	Trabalhadores	1	50
	Instituto Cultural	Trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	2	200
	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	Trabalhadores	2	150
	Direcção dos Serviços Identificação	Trabalhadores	2	50
	Instituto de Acção Social	Trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	1	60
	Autoridade Monetária de Macau	Trabalhadores	1	60
	Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	Pessoal de chefia e trabalhadores	2	120

Tema	Serviços	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
	Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	Pessoal de obra e trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	1	70
	Corpo de Bombeiros	Trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	1	80
	Conselho de Consumidores	Trabalhadores	1	20
	Direcção dos Serviços de Finanças	Trabalhadores	1	90
	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	Trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	1	40
	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	Trabalhadores	2	92
Total			113	6.302

(二) 私營部門防貪教育

為普及《預防及遏止私營部門賄賂》法律，公署在2016年繼續主辦及合辦座談會，透過互動交流的形式及具針對性的內容編排，向社團、私人及教育機構介紹該法律的精神和內容。全年共舉辦座談會68場，參加人數3,509人次。

公署亦繼續透過電視廣告、電台廣告、戶外廣告、巴士車身廣告，以及電視節目、報章專欄、宣傳刊物等途徑普及推廣上述法律。

(2) Sensibilização para a prevenção da corrupção no sector privado

Com o objectivo da generalização dos conhecimentos sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, em 2016, o CCAC continuou a organizar e coorganizar diversos colóquios relativos à referida lei. O CCAC tem transmitido o espírito e o conteúdo da lei junto de associações, entidades privadas e estabelecimentos de ensino através, nomeadamente, da troca de opiniões com os participantes e da preparação de conteúdos adaptados em função dos sectores a que pertencem as instituições participantes. No ano em análise, foram organizados um total de 68 colóquios, contando com a participação de 3.509 pessoas.

O CCAC prosseguiu também o objectivo de divulgação geral da lei acima referida mediante o recurso a diversos canais, nomeadamente, através de anúncios televisivos, de publicidade na rádio, ao ar livre e em autocarros, bem como da realização de programas televisivos, de artigos em colunas periódicas de jornais e ainda através do lançamento de outras publicações promocionais.

2016年參加私營領域座談會人數統計表

類別	實體	對象	場數	人數
私人機構	大豐銀行(澳門)分行	新入職人員	1	100
	中國建設銀行股份有限公司澳門分公司	人員	1	40
	中國銀行澳門分行	人員	2	420
	佳景集團	人員	4	120
	凱旋門酒店	人員	2	55
	富衛人壽保險(澳門)股份有限公司	人員	1	70

類別	實體	對象	場數	人數
	森那美汽車集團(香港)有限公司	人員	2	40
	華為服務(香港)有限公司-澳門分公司	人員	2	120
	匯業銀行	人員	2	40
	澳門十六浦索菲特大酒店	人員	2	42
	澳門中國旅行社股份有限公司	副經理以上管理人員	1	40
	澳門自來水股份有限公司	新入職人員	1	40
	澳門利達通黃頁有限公司	銷售及文職人員	2	30
	澳門國際銀行	人員	1	400
	澳門國際機場專營股份有限公司	人員	1	80
	澳門通股份有限公司	主管	1	20
	澳門新福利公共汽車有限公司	文職人員	3	65
	澳門電力股份有限公司	人員	1	40
	澳門機場保安有限公司	文員及管理層	1	50
公共部門	教育暨青年局	社團人員/中高層人員/教學人員	4	320
	高等教育輔助辦公室	高校學生社團、民間團體及大專生	2	200
	運輸基建辦公室	承建商	3	138
	勞工事務局	房地產經紀	3	90
	社會工作局	受資助機構	2	160
教育機構	旅遊學院	導遊	22	749
	澳門科技大學學生會	學生	1	40
合計			68	3,509

Estadística dos colóquios sobre o sector privado em 2016

Tipos de entidade	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Entidades privadas	Banco Tai Fung, S.A.R.L. (Sucursal de Macau)	Trabalhadores em início de funções	1	100
	Banco de Construção da China, S.A. (Sucursal de Macau)	Trabalhadores	1	40
	Banco da China (Sucursal de Macau)	Trabalhadores	2	420
	Future Bright Group	Trabalhadores	4	120
	Hotel L'Arc New World Macau	Trabalhadores	2	55

Tipos de entidade	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
	Seguradora Vida FWD (Macau), S.A.	Trabalhadores	1	70
	Sime Darby Motor Group (HK) Ltd.	Trabalhadores	2	40
	Huawei Services (Hong Kong) Co. Ltd. Macau Branch	Trabalhadores	2	120
	Banco Delta Asia, S.A.	Trabalhadores	2	40
	Hotel Sofitel Macau de Ponte 16	Trabalhadores	2	42
	China Travel Service (Macau) Ltd.	Pessoal de gestão a nível de subgerente ou superior	1	40
	Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau, S.A.R.L.	Trabalhadores em início de funções	1	40
	Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Vendedores e pessoal administrativo	2	30
	Banco Luso Internacional, S.A.	Trabalhadores	1	400
	CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L.	Trabalhadores	1	80
	Macau Pass, S.A.	Pessoal de chefia	1	20
	Transmac - Transportes Urbanos de Macau, S.A.R.L.	Pessoal administrativo	3	65
	Companhia de Electricidade de Macau, S.A.R.L.	Trabalhadores	1	40
	Companhia de Segurança de Macau, Limitada	Pessoal administrativo e pessoal de direcção	1	50
Serviços públicos	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	Membros de associações / Pessoal dos quadros médios e superiores / Pessoal docente	4	320
	Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	Associações de estudantes da escola superior, associações e estudantes do ensino superior	2	200
	Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	Empreiteiros	3	138
	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	Agentes imobiliários	3	90
	Instituto de Acção Social	Entidades beneficiárias	2	160
Estabelecimentos de ensino	Instituto de Formação Turística	Guias	22	749
	União de Estudantes da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	Estudantes	1	40
Total			68	3.509

(三) 青少年誠信教育

青少年廉潔誠信教育是廉政建設持續發展的根基，公署一直堅持開展和優化有關工作。2016年，公署透過為本澳大、中、小學生舉辦的各類型活動，培養青少年崇尚廉潔、誠信守法的正確價值觀。

1. 大專學生誠信講座

為加強大專學生的廉潔守法意識，公署於2016年10月首次為四所大專院校應屆畢業生進行《預防及遏止私營部門賄賂》法律講座，講座內容以該法律為主軸，配以主題短片，向學生剖析行賄和受賄的構成要件，提醒學生日後在職場上面對貪污陷阱時應保持警惕，堅守廉潔正直的信念。

2016年“大專生誠信講座”學生人數統計表

學校	場數	人數
旅遊學院	3	120
澳門大學	1	80
澳門理工學院	1	30
澳門科技大學	1	300
合計	6	530

2. 青少年誠信教育計劃

“青少年誠信教育計劃”得到校方支持和配合，多年來在本澳各中學持續開展，公署派員向中學生講解與誠信及廉潔相關的主題，並藉個案短片、生活例子及社會時事等多元化方式，引導中學生討論和思考誠信操守及廉潔對社會的重要性。

2016年，公署整合了部分講座主題，使學生了解公平廉潔對社會發展的重要性，樹立對貪污零容忍的態度。共有12間中學，2,310名學生參與。

(3) Educação para a honestidade da juventude

A educação da juventude no sentido da integridade e da honestidade é a raiz do desenvolvimento sustentável da construção de uma sociedade íntegra, o CCAC tem insistido na implementação e optimização de acções nesta área. Em 2016, para os estudantes dos ensinos primário, secundário e superior, o CCAC organizou várias actividades de sensibilização, procurando incutir nos alunos os valores da integridade, honestidade e do cumprimento da lei.

1. Palestras sobre honestidade destinadas aos estudantes do ensino superior

Para consolidar os valores de integridade e do cumprimento da lei dos estudantes do ensino superior, em Outubro de 2016, o CCAC realizou, pela primeira vez, palestras sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto dos alunos finalistas das 4 escolas do ensino superior. Sendo a referida lei o eixo principal das palestras, o pessoal do CCAC apresentou aos estudantes, com recurso à apresentação de vídeos, os elementos constitutivos dos crimes de corrupção activa e passiva, chamando a atenção dos estudantes para estarem sempre vigilantes e manterem princípios de integridade e de rectidão sempre que forem confrontados com «armadilhas» de corrupção na sua futura carreira profissional.

Estatística das «Palestras sobre honestidade destinadas aos estudantes do ensino superior» em 2016

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Instituto de Formação Turística	3	120
Universidade de Macau	1	80
Instituto Politécnico de Macau	1	30
Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	1	300
Total	6	530

2. Programa de Educação para a Honestidade da Juventude

O «programa de Educação para a Honestidade da Juventude» tem obtido o apoio e a colaboração dos estabelecimentos de ensino, e tem vindo a ser implementado nas escolas secundárias locais há vários anos. O CCAC enviou o seu pessoal às escolas para divulgar junto dos alunos do ensino secundário as mensagens da honestidade e da integridade, estimulando os estudantes a discutirem e reflectirem sobre a importância de uma conduta honesta e íntegra na vida em sociedade, recorrendo para tal a diversos meios, tais como, à divulgação de vídeos de casos reais e à apresentação de exemplos quotidianos e notícias.

Em 2016, o CCAC ajustou uma parte dos temas das palestras, fazendo com que os estudantes compreendam melhor a importância da equidade e da integridade para o desenvolvimento social, fomentando uma atitude de tolerância zero face à corrupção. Foram realizadas várias palestras nas 12 escolas secundárias com a participação de 2.310 estudantes.

2016年參加“青少年誠信教育計劃”學生人數統計表

學校	場數	人數
中葡職業技術學校	1	170
浸信中學	5	837
高美士中葡中學	1	71
培道中學	1	142
慈幼中學	4	122
聖玫瑰學校	1	50
聖若瑟教區中學(二、三校)	1	150
聖羅撒女子中學中文部	5	175
聖羅撒英文中學	3	106
嘉諾撒聖心英文中學	2	272
鄭觀應公立學校	1	10
鏡平中學	1	205
合計	26	2,310

Estatística do «Programa de Educação para a Honestidade da Juventude» em 2016

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	1	170
Escola Cham Son de Macau	5	837
Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes	1	71
Escola Pui Tou	1	142
Instituto Salesiano da Imaculada Conceição	4	122
Escola do Santíssimo Rosário	1	50
Colégio Diocesano de São José (2 e 3)	1	150
Colégio de Santa Rosa de Lima (Secção chinesa)	5	175
Colégio de Santa Rosa de Lima (Secção inglesa)	3	106
Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção inglesa)	2	272
Escola Oficial Zheng Guanying	1	10
Escola Keang Peng	1	205
Total	26	2.310

3. 中學“畢業生誠信必修課”專題講座

為使中學生在踏足社會前更多了解澳門現行的反貪法律及防貪知識，公署為應屆中學畢業生舉辦“畢業生誠信必修課”專題講座，透過案例及深入淺出的法律講解，提高學生對法律的認知，知法守法，拒墮職場貪污陷阱。2016年，公署為四所學校舉辦五場講座，651名應屆畢業生參與。

3. Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas

Para que os alunos finalistas do ensino secundário, prestes a entrar no mercado laboral, possam adquirir melhor os conhecimentos necessários relativamente à legislação actualmente em vigor em Macau sobre o combate à corrupção e os conhecimentos relativos à prevenção da corrupção, o CCAC realizou palestras sobre «Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas» juntos dos alunos finalistas do ensino secundário. Foi apresentada, de maneira simples e com recurso ao exemplo de vários casos, a respectiva legislação aos estudantes, no sentido de fortalecer os seus conhecimentos na área jurídica, esperando-se que os estudantes sejam cumpridores da lei e se previnam de situações que possam propiciar, no trabalho, práticas de corrupção. Em 2016, foram realizadas 5 palestras nas 4 escolas com a participação de 651 estudantes.

2016年參加“畢業生誠信必修課”學生人數統計表

學校	場數	人數
中葡職業技術學校	1	120
培道中學	1	147
菜農子弟學校	1	139
嘉諾撒聖心英文中學	2	245
合計	5	651

4. 中學“廉潔周”

公署與中學合作舉辦“廉潔周”，透過在校園內開展以“廉潔和誠信”為主題的系列專題活動，讓學生們策劃並參與其中，藉此對誠信議題有更深入的反思。

2016年，公署分別與嘉諾撒聖心英文中學、鄭觀應公立學校和慈幼中學三間學校合辦“廉潔周”活動。慈幼中學舉辦了以“廉潔選舉”為主題的分組報告活動，以誠信的重要性為主題進行了漫畫創作活動；嘉諾撒聖心英文中學則舉辦了班級辯論活動和漫畫創作；鄭觀應公立學校進行了漫畫創作活動。學生在各類活動過程中對社會廉潔的重要性作出了深入的反思，增進了個人對誠信操守的認知和重視。學校的公民科教師使用公署出版的中學誠信教材《學而思》、短片及工作紙等與同學探討誠信價值等議題。

5. 出版全新《思而行》中學教材套

2016年10月，公署在《學而思》中學誠信教育教材之基礎上，推出新版中學誠信教育系列《思而行》，作為學校德育課的補充教材。

《思而行》以初中生為對象，提供四個誠信教學單元，分別探討金錢價值觀、公平公正、守法精神和誠實正直之主題。教材

Estatística da «Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas» em 2016

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	1	120
Escola Pui Tou	1	147
Escola Choi Nong Chi Tai	1	139
Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção inglesa)	2	245
Total	5	651

4. «Semana da Integridade» nas escolas secundárias

O CCAC tem organizado a «Semana da Integridade» junto das escolas do ensino secundário, durante a qual se realizam nas escolas actividades subordinadas ao tema da «Integridade e Honestidade», para que os estudantes possam planear e participar nas actividades e reflectir aprofundadamente sobre o tema da honestidade.

Em 2016, o CCAC organizou a «Semana da Integridade» em colaboração com 3 escolas do ensino secundário, concretamente o Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção inglesa), a Escola Oficial Zheng Guanying e o Instituto Salesiano da Imaculada Conceição. O Instituto Salesiano da Imaculada Conceição organizou uma actividade de redacção de relatórios em grupo sobre o tema «Eleições limpas» e uma actividade de banda desenhada sobre o tema da importância da honestidade. O Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção inglesa) organizou uma actividade de debate e de banda desenhada, enquanto a Escola Oficial Zheng Guanying realizou também uma actividade de banda desenhada. Ao longo da participação nas diversas actividades, os estudantes reflectiram aprofundadamente sobre a importância da integridade na sociedade, fortalecendo os seus conhecimentos e tendo particular atenção ao conceito de conduta honesta. Os professores de educação moral e cívica das escolas recorreram ao material didáctico para o ensino secundário «Estudar e Pensar», editado pelo CCAC, e trocaram opiniões relativas ao valor da honestidade com os alunos, mediante a observação dos vídeos publicitários e das fichas de trabalho.

5. Edição do novo material didáctico para o ensino secundário «Pensar e Actuar»

Com base no material didáctico sobre a honestidade para o ensino secundário «Estudar e Pensar», o CCAC lançou, em Outubro de 2016, o novo material didáctico «Pensar e Actuar», constituindo o mesmo um auxiliar da disciplina de educação moral e cívica das escolas.

O material didáctico «Pensar e Actuar» é destinado aos estudantes do ensino secundário geral, tendo 4 unidades sobre o ensino para a honestidade, concretamente, «Valor do dinheiro», «Justiça e imparcialidade», «Cumprimento da lei» e «Ho-

的設計注重生活化，運用情景思考、時事分析和互動討論等方式，引發同學對各個主題進行反思，並提供多元化的教學媒體如影片、圖片、簡報和工作紙等，以提升同學參與課堂的動機。

教材套內容包括教師用書以及多媒體光碟，方便教師因應學生需要及課時安排而作出選用。

6. 組織中學德育老師赴港交流活動

為配合全新中學誠信教材《思而行》的推出，公署於12月2日組織本澳中學德育老師到香港廉政公署進行參觀交流。

來自25間中學的38位教師代表參與外訪交流活動。學校代表均表示，此次活動加深了他們對港澳兩地青少年廉潔誠信教育工作的認識，更加了解澳門廉政公署所提供的廉潔教育資源，有利他們在各自崗位上更有效地推行誠信教育工作。

7. 小學生誠信教育

自2004年推出的“廉潔新一代—小學生誠信教育計劃”，以小三至小六學生為對象，十多年來均受到學校及小學生的歡迎，已成為公署宣傳教育其中一個品牌項目。2016年共舉辦126場，參與小學共24間，學生人數為4,569人。

2016年參加“廉潔新一代”學生人數統計表

教育機構	場數	人數
二龍喉中葡小學	6	72
化地瑪聖母女子學校	3	450
天主教海星中學(分校)	3	110

nestidade e rectidão». Os conteúdos deste material didáctico adaptados à vida quotidiana, visam estimular os estudantes à reflexão sobre diversos temas relativos à ideia de honestidade, recorrendo a vários formatos, tais como: o pensamento em contextos virtuais, análise de notícias e discussão interactiva. Para além disso, o material didáctico contém suportes de educação diversificados, a saber: vídeos publicitários, fotografias, apresentações gráficas e fichas de trabalho, cuja utilização contribuiu para uma maior motivação dos alunos no que respeita à sua participação nas aulas.

Esta colectânea de material didáctico inclui um manual do professor e um CD-ROM multimédia, que os docentes podem seleccionar consoante as necessidades dos alunos e a programação do ano lectivo.

6. Visita e intercâmbio em Hong Kong de um grupo de professores da disciplina de educação moral e cívica de escolas do ensino secundário

Em articulação com a edição do novo material didáctico sobre a honestidade para o ensino secundário «Pensar e Actuar», o CCAC realizou, em 2 de Dezembro, um intercâmbio e visita à Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong (ICAC) para os professores da disciplina de educação moral e cívica de escolas locais do ensino secundário.

Houve 38 professores representantes de 25 escolas do ensino secundário que participaram nesta actividade de visita e intercâmbio. Os mesmos afirmaram que, durante esta actividade, tinham compreendido profundamente as acções, de Hong Kong e de Macau, sobre sensibilização para a integridade e honestidade destinadas aos jovens, e tinham conhecido melhor os recursos educativos relativos à integridade fornecidos pelo CCAC. Tudo isso permitiu-lhes implementar, na sua própria escola, e de forma eficaz, as acções de sensibilização para a honestidade.

7. Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário

O programa «Nova Geração Íntegra — Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário» foi lançado em 2004, e é destinado aos alunos dos 3.º ao 6.º ano das escolas primárias, tem sido apoiado pelas escolas e pelos estudantes do ensino primário há mais de 10 anos, constituindo uma das actividades de marca das acções de sensibilização do CCAC. Em 2016, foram realizadas 126 sessões nas 24 escolas primárias com a participação de 4.569 estudantes.

Estatística do programa «Nova Geração Íntegra» em 2016

Estabelecimentos de ensino	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Primária Luso-Chinesa da Flora	6	72
Escola Nossa Senhora de Fátima	3	450
Escola Católica Estrela do Mar (Sucursal)	3	110

教育機構	場數	人數
北區中葡小學	3	29
氹仔中葡學校	2	33
何東中葡小學	2	38
東南學校(小幼部)	3	70
海暉學校	6	191
培正中學	26	1,118
培道中學氹仔小學分校	2	51
陳瑞祺永援中學	12	553
勞工子弟學校(小學部)	2	96
慈幼中學(小學部)	4	125
聖公會(澳門)蔡高中學(小學部)	5	173
聖若瑟教區中學(第一校)	4	120
聖善學校	4	59
聖羅撒女子中學中文部	4	122
廣大中學(分校)	4	147
蓮峰普濟學校	4	120
鄭觀應公立學校	2	37
澳門中德學校	8	280
菜農子弟學校	1	45
福建學校	6	180
鏡平學校(小學部)	10	350
合計	126	4,569

8. “威廉陪你過兒童節”特備活動

2016年的“六一兒童節”，公署繼續與“廉政熊威廉”走入校園，為小一至小三學生安排“威廉陪你過兒童節”活動，透過

Estabelecimentos de ensino	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Primária Luso-Chinesa do Bairro Norte	3	29
Escola Luso-Chinesa da Taipa	2	33
Escola Primária Oficial Luso-Chinesa «Sir Robert Ho Tung»	2	38
Escola Tong Nam (Secção pré-escolar e primária)	3	70
Escola Hoi Fai	6	191
Escola Pui Ching	26	1.118
Secção Primária da Escola Pui Tou (Sucursal da Taipa)	2	51
Colégio Perpétuo Socorro Chan Sui Ki	12	553
Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secção primária)	2	96
Instituto Salesiano da Imaculada Conceição (Secção Primária)	4	125
Sheng Kung Hui Escola Choi Kou (Macau) (Secção primária)	5	173
Colégio Diocesano de São José (1)	4	120
Escola Dom João Paulino	4	59
Colégio de Santa Rosa de Lima (Secção chinesa)	4	122
Escola Kwong Tai (Sucursal)	4	147
Escola Lin Fong Pou Chai	4	120
Escola Oficial Zheng Guanying	2	37
Escola Chong Tak de Macau	8	280
Escola Choi Nong Chi Tai	1	45
Escola Fukien	6	180
Escola Keang Peng (Secção primária)	10	350
Total	126	4.569

8. Actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme»

Em 2016, por ocasião do Dia da Criança, o pessoal do CCAC e o Urso Mensageiro Guilherme continuaram a entrar em várias escolas para organizar a actividade «Dia da Criança com o

故事及遊戲，與初小學生在歡樂的氣氛中討論誠信議題，活動反應踴躍，共有1,904名小學生參加。

Urso Mensageiro Guilherme» destinada aos alunos do 1.º ao 3.º ano das escolas primárias, discutindo com os mesmos as questões da honestidade num ambiente alegre através de contos e jogos. Esta actividade contou com a participação activa de um total de 1.904 estudantes.

2016年參加“威廉陪你過兒童節”特備活動學生人數統計

教育機構名稱	場數	人數
氹仔中葡學校	2	46
海星中學	2	59
海暉學校	1	120
培正中學	10	419
新華學校(小幼部)	2	90
嘉諾撒聖心中學	3	250
嘉諾撒聖心英文中學(小學部)	6	252
鄭觀應公立學校	1	16
澳門大學附屬應用學校	9	295
濠江中學附屬小學	6	294
濠江中學附屬英才學校	2	63
合計	44	1,904

Estadística da actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme» de 2016

Estabelecimentos de ensino	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Luso-Chinesa da Taipa	2	46
Escola Católica Estrela do Mar	2	59
Escola Hoi Fai	1	120
Escola Pui Ching	10	419
Escola Xin Hua (Secção pré-escolar e primária)	2	90
Colégio do Sagrado Coração de Jesus	3	250
Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção inglesa e primária)	6	252
Escola Oficial Zheng Guanying	1	16
Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau	9	295
Escola Hou Kong (Secção primária)	6	294
Escola de Talentos Anexa a Escola Hou Kong	2	63
Total	44	1.904

(四) 市民大眾廉潔教育

2016年，公署為多個社團及機構等舉行了13場廉潔意識講座，參加人數有438人。透過講座廣泛宣傳廉潔守法信息，提高市民廉潔意識，發揮社會監察作用。

(4) Acções de sensibilização destinadas à população em geral

Em 2016, o CCAC realizou 13 palestras sobre a consciência da integridade, destinadas a várias associações e instituições, contando com a participação de 438 pessoas. Através da realização das palestras, divulgou-se de forma ampla o sentido da integridade e do cumprimento da lei, com vista a elevar a consciência da integridade dos cidadãos, permitindo-lhes exercer funções de fiscalização social.

2016年社團、公共部門、教育機構講座統計表

類別	社團/機構/部門組織活動	場數	人數
民間社團	澳門利民會	2	54
	工聯青年中心	1	20
	明愛泉仁樂家庭綜合服務中心	1	21
	澳門街坊會聯合總會公民教育中心	2	48

類別	社團/機構/部門組織活動	場數	人數
教育機構	澳門理工學院(百家樂專業證書培訓課程)	2	82
部門兼職員工	統計暨普查局(兼職調查員)	3	75
私營機構	澳門科學館(員工)	1	100
政府部門	澳門海關(晉升副關務督察)	1	38
合計		13	438

**Estadística dos colóquios destinados a associações,
serviços públicos e estabelecimentos de ensino em 2016**

Tipos	Associações/instituições/serviços públicos e as respectivas actividades	N.º de sessões	N.º de participantes
Associações	Associação Richmond Fellowship de Macau	2	54
	Centro de Juventude da Associação Geral dos Operários de Macau	1	20
	Centro de Serviços Integrados de Apoio à Família – Fonte de Alegria e de Energia da Cáritas de Macau	1	21
	Centro de Educação Cívica da União Geral das Associações dos Moradores de Macau	2	48
Estabelecimentos de ensino	Curso de formação do jogo «Bacará» do Instituto Politécnico de Macau	2	82
Trabalhadores de serviços públicos em regime de tempo parcial	Agentes de censos e inquéritos em regime de tempo parcial da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	3	75
Entidades privadas	Trabalhadores do Centro de Ciência de Macau	1	100
Serviços públicos	Formandos do curso de formação para acesso a subinspector alfandegário dos Serviços de Alfândega	1	38
Total		13	438

(五) “影像傳誠” 中學生創意短片比賽

公署於2015年10月開始舉辦“影像傳誠”中學生創意短片比賽，目的是使參賽學生隊伍透過鏡頭生動展現“公平”、“廉潔”、“金錢價值觀”及“誠實守信”等主題，宣揚廉潔、守法的訊息。共收到18家學校共89份作品，公署代表及本澳影視界人士組成的評審委員會從每一組參賽作品中評選出15份入圍作品，再從中挑選冠、亞、季及優異獎作品。2016年5月28日，公署舉行頒獎禮，評審委員會對參賽作品作出點評，兩組冠軍得主分享了其創作心得。

(5) «Promoção da Honestidade» – Concurso de produção de vídeos para estudantes do ensino secundário

Em Outubro de 2015, o CCAC iniciou a organização do concurso de produção de vídeos para estudantes do ensino secundário «Promoção da Honestidade», tendo como objectivo incentivar os grupos de estudantes participantes a mostrar de forma activa as ideias de «Equidade», «Integridade», «Valor do Dinheiro», «Honestidade e Lealdade» recorrendo à utilização de câmaras e divulgar o sentido da integridade e do cumprimento da lei. Foram recebidos pelo CCAC 89 trabalhos, provenientes de 18 escolas. O júri foi composto pelo representante do CCAC e por pessoal da indústria cinematográfica e televisiva, o mesmo seleccionou 15 trabalhos em cada um dos grupos e posteriormente premiou o 1.º, 2.º e 3.º Classificados e os trabalhos de Mérito. Em 28 de Maio de 2016, o CCAC organizou a cerimónia de entrega de prémios, durante a qual, o júri fez comentários sobre os trabalhos apresentados, e os vencedores de cada um dos grupos partilharam as suas ideias criativas.

二、社區推廣工作

(一) 社區辦事處接收的投訴、舉報及諮詢

黑沙環社區辦事處及氹仔社區辦事處繼續發揮便民的功能，向市民提供投訴、舉報及諮詢渠道。2016年共接獲投訴及舉報、求助諮詢及簡單查詢752宗。

2016年黑沙環及氹仔社區辦事處收到的投訴、 舉報及求助查詢統計表

投訴/舉報		求助諮詢	簡單查詢	
親身	書面投訴		親身	電話
52	29	117	350	204
小計：81宗		小計：671宗		
總計：752宗				

(二) 拓展社區關係

2016年，公署繼續積極深入社區，拓展社區關係網絡，收集市民對公署工作的意見和建議，有效地回應社會對於廉政建設的訴求。公署參與了由澳門工會聯合總會舉辦的“六一國際兒童節園遊會”、澳門明愛舉辦的“第47屆明愛慈善園遊會”、澳門學聯少年警訊舉辦的“2016滅罪抗毒嘉年華”，以及由行政公職局舉辦的“選民登記同樂日”，以設置攤位遊戲及展板的方式向市民宣傳廉潔選舉的訊息。公署分別拜訪了明愛泉仁樂家庭綜合服務中心、救世軍喜樂家庭綜合服務中心、澳門街坊會聯合總會公民教育中心、澳門循道衛理聯合教會社會服務處建華家庭服務中心、澳門婦聯頤康中心、聖公會樂天倫賭博輔導暨健康家庭服務中心及新口岸區坊眾聯誼會—新口岸社區中心等。

(三) “廉潔風尚全『誠』啟動”綜藝活動

2016年10月15日，公署與澳門工會聯合總會青年委員會、澳門街坊會聯合總會青年事務委員會、澳門婦聯青年協會及澳門

II. Acções de promoção comunitária

(1) Queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas delegações do CCAC

As Delegações, na Areia Preta e na Taipa, continuaram a desempenhar a sua função de prestação de serviços convenientes aos cidadãos, proporcionando ao público meios para apresentação de queixas, denúncias e pedidos de consulta. Em 2016, o número de queixas ou denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos, totalizou 752.

Estatística das queixas, denúncias, pedidos de consulta e de informação recebidos nas Delegações na Areia Preta e na Taipa em 2016

Queixas/Denúncias		Pedidos de consulta	Pedidos de informação	
Pessoalmente	Por escrito		Pessoalmente	Por telefone
52	29	117	350	204
Subtotal: 81		Subtotal: 671		
Total: 752				

(2) Alargamento das relações comunitárias

Em 2016, o CCAC continuou a juntar-se de forma activa à comunidade, no sentido de alargar a rede das relações comunitárias, e de recolher opiniões e sugestões dos cidadãos sobre os trabalhos desenvolvidos e responder eficazmente às aspirações da sociedade relativamente à construção de uma sociedade íntegra. O CCAC participou no bazar do «Dia Mundial da Criança» organizado pela Federação das Associações dos Operários de Macau, no «47.º Bazar de Caridade» organizado pela Cáritas de Macau, no «Carnaval contra o crime e a droga 2016» organizado pela Comissão de Polícia Juvenil da Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau, e no «Dia de Recenseamento Eleitoral» organizado pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, promovendo, através da instalação de jogos em tendas e painéis informativos, a consciência de «Eleições Limpas» junto dos cidadãos. A par disso, o CCAC visitou o Centro de Serviços Integrados de Apoio à Família – Fonte de Alegria e de Energia da Cáritas, o Centro de Serviços Integrados «Família Alegre» do Exército de Salvação, o Centro de Educação Cívica da União Geral das Associações dos Moradores de Macau, o Centro de Apoio à Família «Kin Wa» da Secção de Serviço Social da Igreja Metodista de Macau, o Centro das Idosas de Fu Lun de Macau, a Família Afectuosa e Solidária – Centro de Aconselhamento sobre o Jogo e de Apoio à Família de Sheng Kung Hui e o Centro Comunitário da Associação dos Moradores da Zona de Aterros do Porto Exterior (ZAPE).

(3) Espectáculo de variedades «Difundindo a integridade pela cidade»

Em 15 de Outubro de 2016, o CCAC organizou conjuntamente com o Conselho de Juventude da Federação das Associações dos Operários de Macau, a Comissão de Juventude da União Geral das Associações dos Moradores de Macau, a Associação de Juventude de Fu Lun de Macau e a Associação

義務工作者協會，合辦“廉潔風尚全『誠』啟動”綜藝活動，透過表演節目、攤位遊戲、展板設置等，向市民廣泛宣揚廉潔、誠信、守法等價值觀。活動吸引了不少市民參加，場面熱鬧。

(四) 媒體宣傳

公署持續透過刊登平面及電子廣告，定期在本澳各大中文報章刊登《廉政園地》專欄，派員在澳門電視台“諮詢奉告”節目中介紹廉政資訊，將倡廉信息傳播至社會每一角落。

三、廉潔義工隊

“廉潔義工隊”自成立以來一直在公署的倡廉宣傳活動中提供協助。2016年，義工隊成員參與公署舉辦的活動、攤位遊戲、宣傳廣告拍攝及戶外宣傳等，為本澳廉政建設貢獻出自己的一份力量。

第五部分 對外交流與培訓

2016年，公署持續開展國際、區際合作和交流，加強與鄰近省市反貪和監察機構的溝通合作，同時派員出席各項會議和培訓活動。

一、接待來訪

2016年10月中旬，最高人民檢察院常務副檢察長胡澤君率團來訪，與張永春專員進行了工作座談會。張永春簡介了公署職能和近年工作概況並表示，公署與內地反貪機構長期保持著穩定良好的合作關係，將不斷提高合作成效及完善溝通機制。

2016年，公署分別接待了廣東省監察廳、廣東省人民檢察院、湖南省港澳事務辦公室、珠海市中級人民法院、珠海市及其橫琴新區人民檢察院、佛山市監察局、東帝汶國會委員會、莫桑

de Voluntários de Serviço Social de Macau, um espectáculo de variedades intitulado «Difundindo a integridade pela cidade», no sentido de transmitir os valores da integridade, da honestidade e do cumprimento da lei junto da população através de espectáculos, jogos em tendas e instalação de painéis informativos. Esta actividade atraiu a participação de muitos cidadãos, e o ambiente foi animado.

(4) Acções de divulgação na comunicação social

O CCAC prosseguiu na realização de trabalhos de divulgação de informações sobre a integridade para toda a sociedade através de meios diversificados, nomeadamente publicidade em jornais, anúncios televisivos e de rádio, publicação de artigos na coluna periódica «Fórum Anti-corrupção» dos jornais locais em chinês, e apresentação de informações sobre os seus trabalhos no programa televisivo «Informações ao Público».

III. Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa

Desde o seu estabelecimento, o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa tem vindo a prestar apoio ao CCAC nas acções de sensibilização e de divulgação. Em 2016, os seus membros participaram em diversas actividades, na realização dos jogos em tendas didácticos, na contribuição com fotografias de promoção para publicidade e em actividades de divulgação ao ar livre, todas organizadas pelo CCAC, contribuindo assim para a construção de uma sociedade íntegra.

SECÇÃO V INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Em 2016, o CCAC continuou a desenvolver actividades de cooperação e de intercâmbio a nível internacional e regional, fortalecendo a comunicação e a cooperação com as entidades de combate à corrupção e de fiscalização das regiões adjacentes, bem como enviou pessoal para participar em várias reuniões e actividades de formação.

I. Recepção de visitas

Em meados de Outubro de 2016, a Vice-Procuradora-Geral da Suprema Procuradoria Popular da China, Hu Zejun liderou a delegação que visitou o CCAC e teve uma reunião de trabalho com o Comissário contra a Corrupção. Na apresentação sucinta das funções, e da situação dos trabalhos do CCAC nos últimos anos, o Comissário Cheong Weng Chon afirmou que a relação de cooperação estável que o CCAC tem mantido com as entidades de combate à corrupção do Interior da China, no longo prazo, tem vindo a fortalecer o efeito de cooperação e a aperfeiçoar os mecanismos de comunicação.

Em 2016, o CCAC recebeu, respectivamente, as delegações do Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau da Província de Hunan, do Tribunal Popular de Segunda Instância da Cidade de Zhuhai, das Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai e do seu distrito novo de Hengqin, dos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan, da Comissão do Parlamento Nacional de Timor-Leste, da Procuradoria de Moçambique, e da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras. O

比克檢察院、新加坡賭場管制局等代表團的來訪。公署與各代表團加強相互了解，分享工作經驗，探討實務合作。

同時，公署還接待了本澳不同機構及組織代表來訪，聽取各界意見，接受社會監督，致力於建立高效、透明、廉潔的行政體系。

二、外訪及參與區域、國際會議

2016年，公署派出代表團進行了多項外訪活動及參與國際會議，其中包括：

——赴北京訪問國務院港澳事務辦公室，與馮巍副主任就公署反貪倡廉的工作情況交換了意見。

——拜訪了廣東省監察廳、廣東省人民檢察院、廣州市監察局、廣州市人民檢察院、佛山市監察局、珠海市監察局、珠海市及其橫琴新區、金灣區人民檢察院。

——赴日本出席國際申訴專員協會亞洲區一般性會議及國際論壇。

——赴天津出席國際反貪局聯合會第九次年會暨會員代表大會。

——赴維也納出席《聯合國反腐敗公約》的相關會議。

——赴新加坡參與第四屆賭場監管及犯罪研討會。

——赴瀋陽出席中國刑事警察學院第二期澳門廉政公署調查員刑偵技術研修班開班禮。

——赴不丹出席亞太地區反腐敗行動組第21次指導小組會議暨第14次區域反腐敗研討會。

——赴泰國出席國際申訴專員協會第11屆大會。

——赴海南三亞出席第14次上海合作組織成員國總檢察長會議和2016金磚國家總檢察長會議。

CCAC e as referidas delegações aprofundaram os conhecimentos relativos a cada uma das entidades, trocaram experiências de trabalho e exploraram as formas de cooperação de forma pragmática.

Simultaneamente, o CCAC recebeu ainda os representantes de diversas instituições e organizações locais, no sentido de ouvir opiniões de todos os sectores, de aceitar a fiscalização da sociedade e da dedicação à busca de um sistema administrativo eficiente, transparente e íntegro.

II. Visitas e reuniões regionais e internacionais

Em 2016, o CCAC enviou delegações para realizarem diversas visitas ao exterior e participar em reuniões internacionais, nomeadamente:

— Deslocou-se a Beijing, para visitar o Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, trocando, com o subdirector Feng Wei, impressões sobre a situação das acções de sensibilização e do combate à corrupção do CCAC.

— Organizaram-se visitas ao Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, à Procuradoria Popular da Província de Guangdong, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Guangzhou, à Procuradoria Popular da Cidade de Guangzhou, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan e da Cidade de Zhuhai, às Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai, do distrito novo de Hengqin e do distrito de Jinwan ambos de Zhuhai.

— Deslocou-se ao Japão para participar na Reunião da Região Asiática do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI) e Fórum internacional.

— Deslocou-se à cidade de Tianjin, para participar na 9.ª Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA).

— Deslocou-se a Viena, para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

— Deslocou-se a Singapura, para participar no 4.º Simpósio sobre Regulação de Casinos e Crimes Derivados.

— Deslocou-se à cidade de Shenyang, para participar na cerimónia de abertura do 2.º Curso de formação de técnicas de investigação criminal destinado aos investigadores do CCAC, organizado pela Universidade Nacional de Polícia da China.

— Deslocou-se ao Reino do Butão, para participar na 21.ª Reunião do Grupo Orientador e 14.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico.

— Deslocou-se à Tailândia, para participar na 11.ª Conferência Mundial do IOI.

— Deslocou-se à cidade de Sanya na província de Hainan, para participar na 14.ª Conferência dos Procuradores-Gerais dos Países Membros da Organização de Cooperação de Shanghai e Conferência dos Procuradores-Gerais dos BRICS 2016.

三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議

2016年6月和11月，公署應邀派員隨我國代表團出席在奧地利維也納舉行的《聯合國反腐敗公約》（下稱《公約》）履約審議工作會議。

按照《公約》規定，每一締約國均須定期接受其他締約國派出的政府專家對履約情況進行審議。根據有關方面的安排，我國自2013年7月起接受第一周期，即就《公約》第三章“定罪和執法”和第四章“國際合作”部分的履約審議。由於有關公約同時適用於澳門特別行政區，所以澳門也參加和接受了審議工作。經過多輪工作，專家組已階段性完成第一周期的審議，而聯合國毒品和犯罪問題辦公室亦於2016年11月16日發佈我國接受《公約》第一周期履約審議報告執行摘要（包括澳門部分）。

執行摘要認為，澳門特別行政區的法律體系，特別是刑法、刑事訴訟法和刑事司法互助領域的法律規定基本符合《公約》第三章和第四章所列明的要求，使到《公約》有關章節的規定在法律體制上得到有效落實，該摘要對澳門財產申報制度的適用範圍、刑法的域外管轄和移交逃犯程序的便利性給予較高評價。

同時，執行摘要也指出澳門需要採取一系列的措施，以便進一步加強和鞏固反腐機制運作的有效性，比如考慮以獨立的罪名處罰利用影響力進行交易的人士、建議公署採用能夠克服銀行保密義務的數據收集系統、擴大法人刑事責任的範圍、訂立專門保護受害人和證人的法律制度、加大力度簽訂關於刑事司法協助和聯合調查的雙邊和多邊協議等。公署會對有關建議和意見進行分析，並以此作為完善有關制度的參考。

III. Reunião de trabalho de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Em Junho e em Novembro de 2016, o CCAC foi convidado para enviar pessoal a participar, juntamente com a delegação da China, nas reuniões de trabalho relativas à avaliação da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (adiante designada por convenção) realizada em Viena, Áustria.

Nos termos da Convenção, a situação da implementação da respectiva convenção em cada um dos Estados Partes deve ser avaliada regularmente pelos especialistas governamentais de outros Estados Partes. De acordo com o procedimento em questão, desde Julho de 2013, a implementação da convenção por parte da China tem vindo a ser sujeita ao primeiro ciclo de avaliações, ou seja, a avaliações no âmbito do capítulo III (Criminalização, detecção e repressão) e do capítulo IV (Cooperação internacional) da convenção. Como a convenção é aplicável também à RAEM, Macau tem participado nos trabalhos de avaliação e tem sido sujeito a avaliações realizadas por outros Estados Partes. Após várias rondas de trabalho, o grupo de peritos concluiu as avaliações do primeiro ciclo, e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime publicou, em 16 de Novembro de 2016, o sumário de execução do relatório da avaliação da implementação da convenção do primeiro ciclo da China (incluindo a parte relativa a Macau).

Considerou-se no sumário de execução que, o sistema normativo da RAEM, nomeadamente as disposições do direito penal, do direito processual penal e da área da cooperação judiciária em matéria penal, encontra-se genericamente em conformidade com as exigências previstas no capítulo III e no capítulo IV da convenção, o que significa que as disposições dos referidos capítulos da convenção foram efectivamente absorvidas pelo sistema normativo local. Para além disso, foi atribuído uma nota positiva, no referido sumário de execução, no que respeita às várias áreas em análise, nomeadamente quanto ao âmbito de aplicação do regime jurídico da declaração de bens patrimoniais e interesses de Macau, à jurisdição extraterritorial no âmbito de direito penal, e à facilidade processual no âmbito da entrega de infractores em fuga.

Além disso, o sumário de execução indicou também que, a RAEM deve adoptar uma série de medidas, no sentido de fortalecer e consolidar a eficácia do funcionamento dos mecanismos anti-corrupção. Por exemplo, deve considerar criar um novo crime independente para punir os indivíduos que negociem com recurso ao tráfico de influências, a par disso, sugere-se que o CCAC adopte um sistema de recolha de dados que permita o levantamento do sigilo bancário em determinados casos, que seja alargado o alcance da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, que seja adoptado um regime jurídico específico para protecção das vítimas e testemunhas e se intensifiquem os esforços na celebração de acordos bilaterais e multilaterais sobre a assistência judiciária em matéria criminal e na área das investigações conjuntas, etc. O CCAC irá proceder à análise das sugestões e opiniões em causa, e tomará as mesmas como referência no sentido da procura do melhoramento dos respectivos regimes.

四、人員培訓

公署於2016年3月上旬應邀派員出席在日本舉行的國際培訓工作坊。此活動由國際申訴專員協會及日本總務省聯合主辦，主要目的為深化及提升會員在行政申訴領域的專業知識，其中包括規劃調查工作、證人晤談、證據評估、撰寫報告書等內容。

公署於2016年9月上旬派員赴瀋陽參與中國刑事警察學院第二期澳門廉政公署調查員刑偵技術研修班，培訓內容主要集中在偵查措施、電子數據取證、網絡犯罪案件偵查、電子物證檢驗、視頻偵查技術等方面，有關課程進一步提升公署人員的偵查知識及專業能力。

IV. Formação dos trabalhadores

No início de Março de 2016, o CCAC foi convidado a enviar pessoal para participar num *workshop* internacional de formação, realizado no Japão e organizado conjuntamente pelo IOI e pelo Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações do Japão. Este *workshop* tinha como objectivo principal aprofundar e elevar os conhecimentos profissionais na área da provedoria de justiça dos Estados Membros, nomeadamente no que respeita ao planeamento de acções de investigação, à entrevista de testemunhas, à avaliação de provas e à elaboração de relatórios, etc.

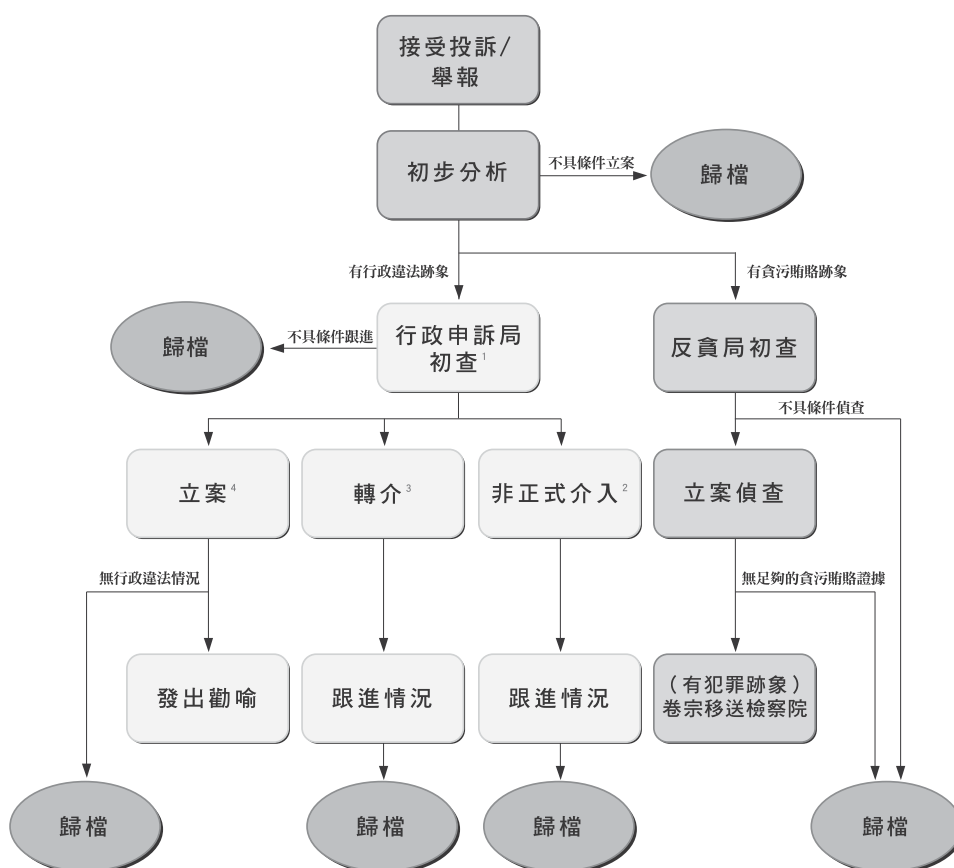
No início de Setembro de 2016, o CCAC enviou pessoal à cidade de Shenyang para participar no 2.º Curso de formação de técnicas de investigação criminal destinado aos investigadores do CCAC, organizado pela Universidade Nacional de Polícia da China. A referida acção de formação abordou nomeadamente as seguintes temáticas: medidas de investigação, a forense computacional, a investigação de crimes praticados na *internet*, as peritagens de provas electrónicas, a tecnologia de investigação de vídeo entre outras, tendo sido optimizados exponencialmente os conhecimentos e as capacidades profissionais na área da investigação do pessoal do CCAC.

第六部分

附件

附件一

廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程圖



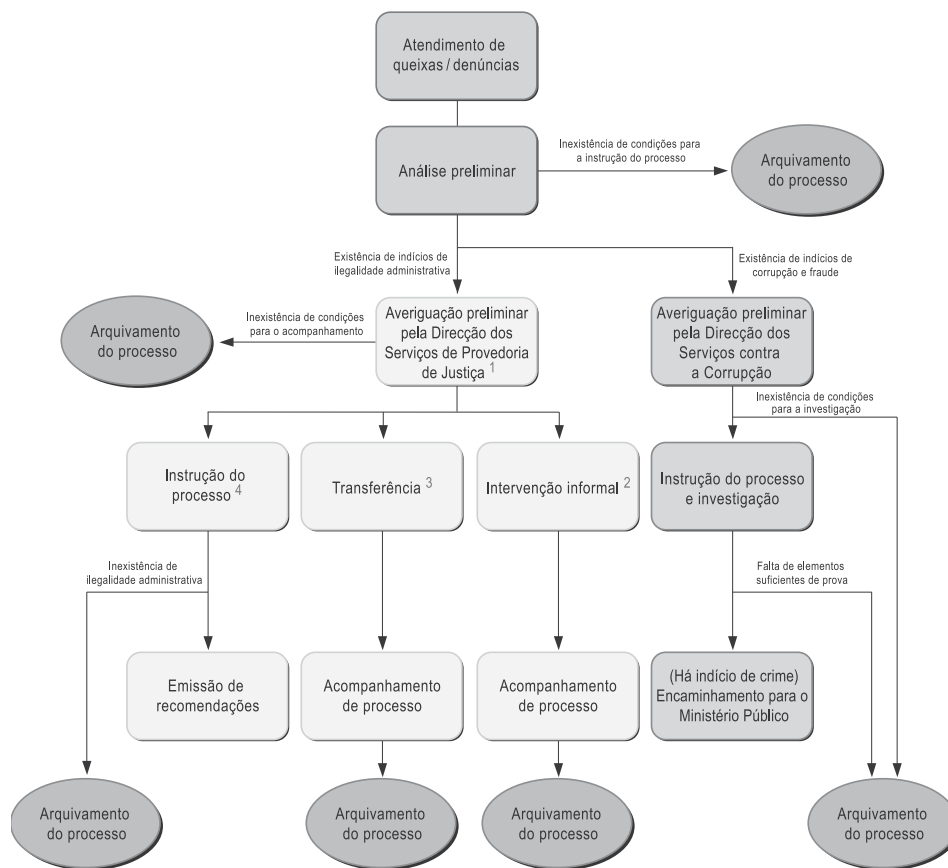
註:

1	行政申訴局初查	按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》及《行政程序法典》等的相關規定進行，其中必須遵守辯論原則，即確保投訴方與被投訴方皆有陳述的機會。
2	非正式介入	如有關程序未完成或有關行為仍未產生效力，廉署會以此方式引導有關部門或機構，藉此及時作出糾正。
3	轉介	因應個案的特別情況，加上原行政部門有權限及掌握相關的資料（廉署僅掌握投訴人提供的單方資料，可能不足或不詳盡），宜先由有關部門依法定程序處理，在徵得投訴人同意下，轉介到相關部門或機構處理，廉署會跟進其進展情況。
4	立案	基於問題的嚴重性和涉及面，廉署會立案調查，並根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第四條第十二項的規定，直接向行政部門發出勸喻，以糾正違法或不公正的行政行為或行政程序。根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第十二條的規定，如有關部門或機構不接納勸喻，應在15個工作天內向廉署提出有理據的答覆，而廉署在向其上級或監管實體重申立場後，還可向行政長官報告或向公眾披露。

**SECÇÃO VI
ANEXOS**

ANEXO I

Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias

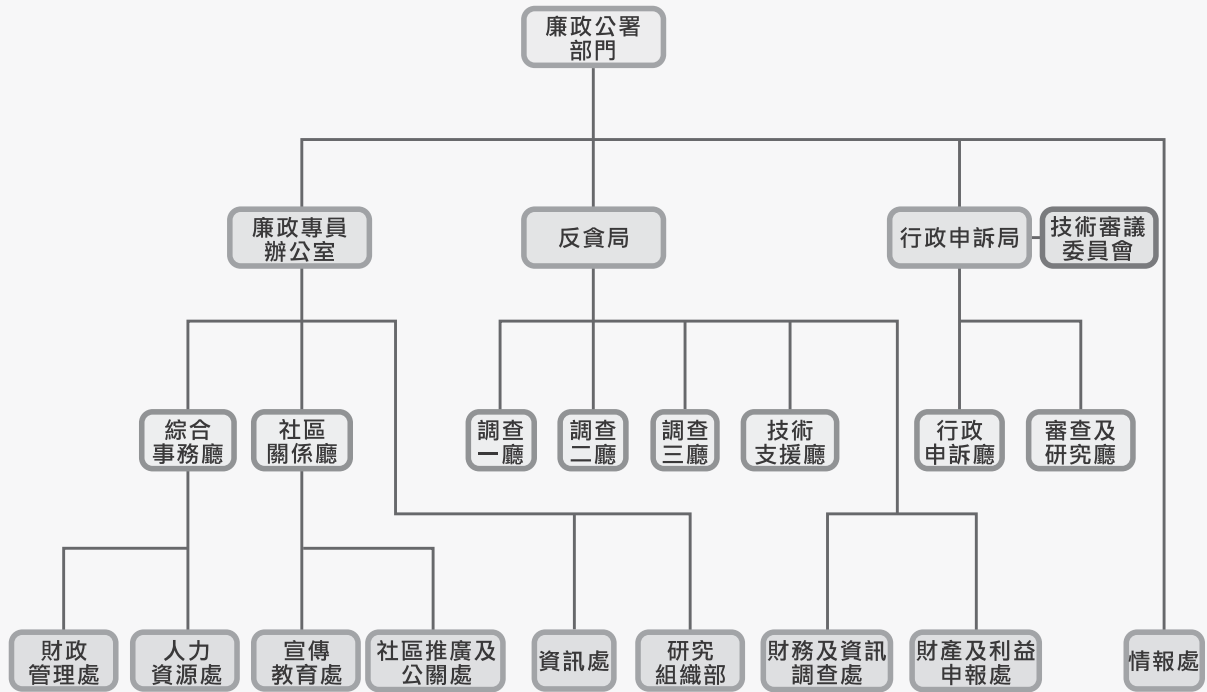


Observações:

1	Averiguação preliminar pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Aplicam-se as correspondentes disposições da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e do Código do Procedimento Administrativo, com respeito pelo princípio do contraditório, sendo assegurada a igualdade na prestação de depoimentos por parte do queixoso e da parte participada.
2	Intervenção informal	Quando um procedimento administrativo não tenha ainda sido concluído pela entidade competente ou quando determinado acto não tenha ainda produzido qualquer efeito, pode o CCAC, através desta forma de intervenção, emitir orientações com vista ao acompanhamento pelos respectivos serviços ou entidades no sentido de se resolver a questão.
3	Transferência	Em conformidade com a especificidade dos casos e quando os serviços administrativos tenham competência própria e estejam na posse de todos os dados relacionados com a questão (possuindo o CCAC apenas os dados fornecidos pelo queixoso, que podem ser insuficientes ou incompletos), e uma vez obtida concordância por parte do queixoso, deve o CCAC transferir, de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos, o caso aos respectivos serviços ou entidades competentes para o seu devido tratamento, ficando o CCAC a acompanhar o andamento do processo.
4	Instrução do processo	Tendo em conta o grau de gravidade das questões envolvidas, o CCAC pode proceder à investigação mediante instrução do processo e, nos termos da alínea 12) do artigo 4.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pode o mesmo dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, em caso de não aceitação das recomendações, o respectivo órgão deve dar uma resposta, sempre fundamentada, no prazo de quinze dias úteis, podendo ainda o CCAC expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelada da entidade nela visada, até comunicar a situação ao Chefe do Executivo ou dar conhecimento ao público.

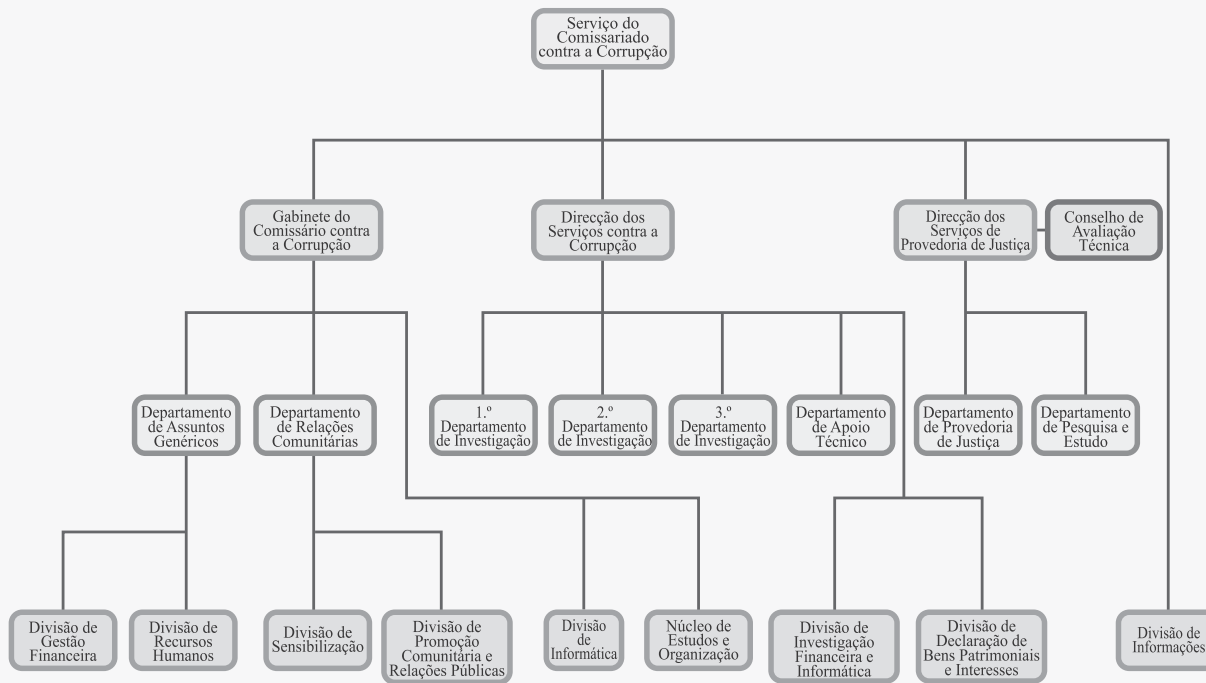
附件二

廉政公署組織架構圖



ANEXO II

Organograma do Comissariado contra a Corrupção





印務局

Imprensa Oficial

每份售價 \$66.00

PREÇO DESTA NÚMERO \$66,00